Revista da Associação dos Magistrados do Estado de Rio de Janeiro • Ano 15 • Número 43 • Outubro - Novembro - Dezembro 2015 | Janeiro 2016

fórum

Amaerj

ESPECIAL
Um balanço da gestão de Rossidélio Lopes

DEBATE
JDS: regulamentar ou não?

O desafio de agilizar a Justiça

O ministro Luiz Fux, do Supremo, entrega ao país o novo CPC

LAVAS RIO

Quando o cliente tem algum problema, ele espera que a empresa esteja pronta para ajudá-lo. A Light sabe o quanto é importante estar perto em todos os momentos. Por isso, criou o **Expressinho**, as Salas de Acordo localizadas nos fóruns do Centro do Rio de Janeiro e em Nova Iguaçu.

Um espaço aberto para a conversa e para a solução fácil e eficiente. Com atendimento personalizado e muito diálogo, os clientes saem sempre satisfeitos. E a Light também.

Light

Revista da Associação dos Magistrados do Estado de Rio de Janeiro • Ano 15 • Número 43 • Outubro - Novembro - Dezembro 2015 | Janeiro 2016

fórum

Amaerj

Índice

Divulgação

ESPECIAL 6
Programa de Prevenção, Tratamento e Redução de Litígios de Consumo no Setor Elétrico traz proposta moderna para tratar conflitos

EM AÇÃO 8
Projeto incentiva alunos a terem consciência da importância de seu papel na sociedade

ARTIGO 10
Juíza revela o estado do sistema prisional no Rio de Janeiro

ESPECIAL 12
Desembargadores aposentados voltam a atuar no Judiciário como mediadores dando apoio às Câmaras de Consumo

ARTIGO 15
A reflexão de um jovem juiz sobre o peso da caneta que define o futuro de muitos

EM DEBATE 16
Juiz JDS: regulamentar ou não?

ARTIGO 18
Uma exposição realista e com fundamentos legais sobre rodeios, vaquejadas e outras práticas que provocam maus tratos aos animais

CAPA 24
Em entrevista, ministro Luiz Fux diz que o Novo CPC é fruto de um regime democrático e de uma Constituição Cidadã

RETROSPECTIVA 27
Levantamento das ações realizadas evelam avanços na atuação institucional na defesa das prerrogativas e no apoio aos projetos dos associados

AÇÃO SOCIAL 38
Premio Patrícia Acioli reúne mais de 2 mil pessoas em prol da dignidade humana

ARTIGO 36
Cardeal Dom Orani Tempesta: existe a crônica e sistêmica dificuldade da corrupção política derivada de uma outra desvirtuação moral

TURISMO 48
Alemanha: um roteiro imperdível para aproveitar cidades de tradição

CARIOCANDO 52
Ana Carolina Gantois: Carioca é ser despojado, alegre e gostar de praia e natureza

CRONISTA CONVIDADO 53
Aldir Blanc e as cenas brasileiras

VIDA DE MESTRE-CERVEJEIRO É ASSIM:

OU FAZ DIREITO OU NÃO TEM HAPPY HOUR.

BEBA COM MODERAÇÃO.

www.cervejaitaipava.com.br

Y&R

ITAIPAVA
A cerveja

100%

Itaipava.
A cerveja que respeita tudo que uma cerveja precisa para ficar 100%.

Fim de ciclos

ROSSIDÉLIO LOPES DA FONTE • Presidente da Amaerj

O encerramento de mais um mandato representativo convida a um balanço da gestão e, com ele, a reflexões sobre o que foi feito — acertos e equívocos, não fosse a diretoria formada por homens e mulheres que, não raro, precisaram tomar decisões ainda no calor dos acontecimentos — e o que ficou para ser concluído. Aqui, o terreno é o do futuro, o que os dirigentes que saem deixaram de legado ou de novos desafios a serem enfrentados. Quanto mais condizentes com a realidade, mais as avaliações ganham em importância, no sentido de se transformarem em instrumentos de ação política que levem, sempre, ao fortalecimento da entidade e da magistratura.

Tal é a nossa preocupação ao apresentarmos, neste número de FÓRUM Amaerj, o balanço da gestão iniciada dois anos atrás. Nas próximas páginas, o leitor/associado pode conferir se o voto de confiança dado à atual diretoria foi de fato honrado. De nossa parte, não temos dúvida de que a Amaerj avançou, com passos decisivos, no sentido de se tornar, cada vez mais, um essencial veículo de representação da magistratura fluminense. Estivemos juntos — ao lado dos magistrados, ou convocando-os à participação — nas principais lutas e reivindicações. Obtivemos vitórias significativas, por vezes tivemos de reconhecer as dificuldades que se antepunham a conquistas ainda por serem asseguradas, mas, sobretudo, não deixamos de mirar, por um dia sequer, no papel que nos foi confiado neste período, o de abraçar com lealdade e firmeza os compromissos, as demandas, mesmo os conflitos que se colocam para juízes e desembargadores fluminenses, como classe que engrandece um dos Poderes da República.

Assim como o fim de um mandato, também o fim de ano é o início de um novo ciclo da Humanidade e sugerem balanços e reflexões, no caso ainda mais amplos, não adstritos a interesses corporativos. O mundo atravessa um período crítico, com crises que projetam inquietantes sombras para o futuro do planeta. Também o nosso país está mergulhado num ciclo de insegurança (política, econômica, institucional) que exige de todos nós, representantes e representados, um sentido de cidadania que precisa se impor a nebulosos interesses que dela passam ao largo.

Esperamos que o ano novo seja o início de um tempo de boas notícias. Muito obrigado pelo apoio que nos foi dado até aqui, e que nossa magistratura continue honrando sua missão institucional. •

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA DA AMAERJ • Presidente Rossidélio Lopes da Fonte • 2ª Vice-presidente Márcia Capanema de Souza • Secretária geral Cláudia de Oliveira Motta 1ª Secretária Admara Falante Schneider • 2ª Secretária Mafalda Lucchese • 1º Tesoureiro Renato Lima Charnaux Sertã 2ª Tesoureira Daniela Brandão Ferreira

FÓRUM AMAERJ • Editora Monica Martelli • Redação Diego Carvalho, Ana Paula Ribeiro, Catherine Quarterole (estagiária) • Fotografia Rosane Naylor
Projeto gráfico e diagramação Christiana Lee • Capa Ilustração de Gil • Contato revista@amaerj.org.br

IMPRESSÃO • Gráfica Mec

SEDE DA AMAERJ • Rua Dom Manuel, 29 - 1° andar • Rio de Janeiro • RJ • Brasil • CEP 20010-090 • Tel.: (21) 3133-2315

Um novo horizonte no contencioso de massa

Mudança nos protocolos de procedimento em litígios confere à Light papel pioneiro na solução de demandas, com reflexos positivos na pressão judicante sobre o TJ-RJ

LUIS HENRIQUE DE SOUZA LOPES • Gerente jurídico de Contencioso Geral
TIAGO D. CÂMARA • Coordenador jurídico de Contencioso Geral

Como reduzir o excessivo volume de processos novos contra a Light? Da pergunta inicial, outras reflexões surgiram que impactam não só a nossa empresa mas também o Judiciário, clientes e a sociedade. Diante do cenário negativo decidimos pelo protagonismo no desenvolvimento de uma metodologia eficaz que unisse expertise técnica e acadêmica à atuação na origem dos litígios.

O programa de pesquisa e desenvolvimento denominado Programa de Prevenção, Tratamento e Redução de Litígios de Consumo no Setor Elétrico (autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel, e desenvolvido por Light e FGV — Escola de Direito Rio e a Escola de Matemática Aplicada, EMAp) trouxe um novo horizonte para o contencioso de massa, uma proposta moderna para tratar a excessiva judicialização dos conflitos através de métodos, procedimentos e instrumentos, podendo ser aplicado em todos os segmentos de contencioso.

O difícil cotidiano dos conflitos judiciais foi determinante para compreender que a aplicação de mecanismos convencionais, comumente utilizados para o tratamento dos processos, seria insuficiente para enfrentar toda esta complexidade, simplesmente por não atuar no cerne das questões. Medidas episódicas não vêm demonstrando eficiência e — os números demonstram — o volume de novos processos só cresce em nosso sistema judicial, em especial no Rio de Janeiro, de tal forma que, mesmo sendo considerado um dos mais eficientes tribunais do país, o TJ-RJ não consegue dar cabo da demanda na velocidade desejada, apesar de louváveis iniciativas dos magistrados no sentido de reduzir seus acervos serem adotadas. A enxurrada é maior que a capacidade de escoamento.

Diante deste cenário, o P&D formulou as seguintes perguntas-chave: Como localizar os conflitos — onde eles estão? Que origens ou causas levam ao litígio? Como prevenir, tratar e reduzir litígios de consumo de energia?

GENEALOGIA

Fez-se necessário, a seguir, identificar a geografia e genealogia dos conflitos, onde e por que eles existem — perguntas poderosas que mudaram nossa abordagem em relação ao tratamento dos nossos processos. Os grandes exercícios então foram como utilizar as informações trazidas pelos processos e como extraí-las para a correção e melhoria de nossos serviços. O trabalho permeou outras ciências como a Matemática e a Estatística para o levantamento de dados que identificassem padrões motivados muitas vezes pela região do conflito. Tal análise permitiria ainda a identificação de casos motivados pelo que chamamos de litigância

Divulgação

estimulada, na qual advogados fomentam o animus judicandi.

Além das iniciativas descritas acima, outras foram fundamentais durante o desenvolvimento desta metodologia: mapeamento dos conflitos (local e nacional, e a intensidade de demandas judiciais e extrajudiciais); desk research (pesquisa de dados sobre percepções da Light em hipóteses testadas); survey (pesquisa com consumidores para identificar a motivação de entrar com ação no Judiciário); governança regulatória (indica a baixa referência aos normativos existentes nos conflitos judiciais); simulador de decisões (modelo preditivo para o número de ações decorrentes de iniciativas da Light); projeto piloto — aplicação da geografia (localização georreferenciada dos conflitos); medidas de prevenção, tratamento e redução dos conflitos.

Outros destaques foram a criação de um grupo multidisciplinar interno para, de forma colaborativa, identificar e compartilhar possibilidades de melhorias nos procedimentos internos com as outras áreas da Light, a criação de um novo canal de relacionamento com Judiciário, Defensoria Pública e órgão de defesa do consumidor, denominado Diálogo Light, e a troca do sistema de gestão para uma tecnologia mais moderna e dinâmica. Tudo isso nos ajuda a cumprir a expectativa do projeto, que é a redução de processos por consequência principal da melhoria de nosso atendimento. Nossa missão não é cuidar dos processos da empresa; nossa missão primeira é cuidar do nosso cliente!

> Nossa missão não é cuidar dos processos da empresa; nossa missão primeira é cuidar do nosso cliente

Para um melhor detalhamento do que se expõe no presente artigo é possível visualizar o material sobre o tema e fazer o download na Biblioteca Digital da FGV: Livro 1 (http://hdl.handle.net/10438/13974), Livro 2 (http://hdl.handle.net/10438/13976) e Livro 3 (http://hdl.handle.net/10438/13975). ●

JUÍZA VANIA MARA NASCIMENTO GONÇALVES

Compromisso social nas salas de aula

Projeto Tecendo Cidadania leva à rede escolar discussões que estimulem a reflexão dos alunos

A Vara da Infância e Juventude da Comarca de Teresópolis, através da juíza titular Vania Mara Nascimento Gonçalves, criou o Projeto Tecendo Cidadania, que visa a estimular a reflexão relativa a temas nas salas de aula, local que oferece um processo de convivência diária aproveitando o espaço de discussão como ponto de expressão, sabedoria e liberdade. Temas que despertam no aluno o sentido de cidadania.

Os objetivos são criar uma consciência de cidadania que, a longo prazo, forme cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, tornando-se sujeitos autônomos, interagir com a rede do município, verificando seus problemas e dificuldades em relação ao corpo discente e formar multiplicadores no corpo discente, difundindo mais rapidamente as ideias do projeto.

Três etapas compõem o projeto. Uma é dirigida aos pais e responsáveis. O tema é responsabilidade e família. Outra etapa é voltada para todo o corpo discente da instituição de ensino. A partir de um vídeo motivador, há um debate versando sobre cidadania; por fim, na terceira etapa, participa um grupo de, no máximo, 20 alunos, que se inscrevem no projeto. No final de seis encontros é feita uma avaliação para cada atividade, na qual o aluno participante pode dar uma nota para cada evento e fazer um comentário sobre os pontos positivos e negativos.

Qual é o maior objetivo do projeto?

O Projeto Tecendo Cidadania tem como objetivo principal criar uma consciência de cidadania que, a longo prazo, resulte em cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, tornando-se sujeitos autônomos. E, como objetivo específico, interagir com a rede do município de Teresópolis, verificando seus problemas e dificuldades em relação ao corpo discente. Além de formar multiplicadores no corpo discente difundindo mais rapidamente as ideias do projeto.

Como ele é executado?

O projeto em questão pauta-se em atividades no âmbito escolar, com três etapas. A primeira etapa visa aos responsáveis, parceiros indispensáveis para o bom desenvolvimento do projeto. Nessa etapa, o comissariado realiza uma palestra para os responsáveis. Essa palestra ocorre nas reuniões cotidianas de pais realizadas pelas instituições educacionais. A temática destaca a família, responsabilidades e tudo o que envolve as redes sociais do adolescente. A segunda etapa visa a propagar a ideia do projeto. Todos os alunos, de forma direta, são atingidos neste estágio. Há outra palestra, agora para todos os alunos da instituição. Ela é ministrada pelo Comissariado de Justiça a partir de um vídeo pré-estabelecido. Por fim, temos a terceira etapa, voltada primordialmente para a formação de multiplicadores. Essa etapa é realizada com 20 alunos do 6º ao 9º anos. A escolha dos alunos é variada. Em alguns colégios são os representantes de classe, em outros há uma procura espontânea. Essa etapa é constituída de seis encontros. Em cada encontro é debatido um assunto. A escolha dos assuntos é realizada pelos próprios alunos participantes. Política, meio ambiente, sexualidade, automutilação e drogas são exemplos de temas escolhidos e debatidos. Por fim, há a realização da audiência simulada, na qual o grupo de alunos recebe um caso concreto que vai ser estudado por eles. Entre os alunos, são escolhidos os protagonistas (juiz, promotor, defensor). A sessão se desenvolve na própria sala de audiência na Vara. O grupo de alunos, nesse dia, também conhece as dependências da Vara da Infância, percebendo melhor o trabalho desenvolvido. Deve ser observado que cada etapa não é absoluta, podendo ser alterada e adequada conforme necessidades

Arquivo pessoal

A juíza Vania Mara entre o ex-secretário municipal de Educação de Teresópolis José Leonardo Vasconcellos de Andrade e o secretário municipal de Segurança Pública sargento Marcos Antônio da Luz

pontuais de cada escola e o perfil de maturidade de cada grupo de adolescente.

Como a integração família/escola pode ajudar no desenvolvimento dos alunos?
Compreendemos que essa integração é fundamental. O aluno não vive em uma bolha, de forma isolada. A família é primordial nesse processo de transformação. Assim como a escola. São os dois espaços habituais do adolescente. Família e escola devem andar de mãos juntas visando a um único objetivo: o crescimento do adolescente enquanto cidadão.

Esse empoderamento dos alunos tem dado certo?
Sim. Verificamos que o senso crítico é desenvolvido durante os debates propostos pelos próprios alunos, ampliando o nível de consciência e de responsabilidade na comunidade.

> Essa ação neutraliza as vulnerabilidades que circundam nossa população juvenil e fortalece os hábitos de autocuidados no indivíduo e no seu projeto de vida

Que reflexos já podem ser vistos com esse projeto?
Notamos o amadurecimento do grupo após os debates e a realização da audiência simulada. O sentimento de justiça é bem delimitado neles. E isto é fundamental, porque esse grupo será multiplicador em sua escola e eles serão os futuros líderes de nossa sociedade.

É importante que o Poder Judiciário atue em projetos sociais?
Compreendemos que sim. Quando o Judiciário atua em projetos sociais tem-se um trabalho de médio e longo prazo que favorece o próprio Poder. Podemos afirmar um fortalecimento nos fatores de proteção familiar, escolar e na própria comunidade. Essa ação neutraliza as vulnerabilidades que circundam nossa população juvenil e fortalece os hábitos de autocuidados no indivíduo e no seu projeto de vida. Dessa forma, asseguramos o afastamento dos jovens da prática de atos delituosos, ocorrendo, por consequência, a redução de atos infracionais. •

O sistema prisional precisa de cuidados

Ação fiscalizadora da Vara de Execuções Penais oferece alternativas para problemas nos presídios

DANIELA BARBOSA ASSUMPÇÃO DE SOUZA • Vara de Exucuções Penais (VEP)

Assumimos a função de juíza fiscalizadora do sistema prisional no dia primeiro de junho do último ano. Passados os primeiros meses, comparecemos pessoalmente em todas as 55 unidades do sistema prisional, realizando inspeções mensais. Nas unidades do Grande Rio contamos com o auxílio do juiz Carlos Gustavo Direito.

Em razão da atividade fiscalizatória, nos preocupamos em inspecionar todas as unidades, conversar com a administração e os detentos, bem como verificar quais as reais necessidades do sistema prisional e do seu efetivo.

Atualmente o sistema prisional do Rio de Janeiro tem um efetivo total de 43.867 internos, capacidade para 27.387, com excedente de 16.480 presos. Diante do notório quadro de superlotação, temos entendido não ser razoável interditar uma unidade que se encontra superlotada, ocasionando automaticamente o aumento da superlotação de outra unidade que já se encontrava com excedente de presos.

Diante desse quadro de superlotação, o que não é uma circunstância adstrita ao Estado do Rio de Janeiro, torna-se imperiosa adoção de medidas tanto pela administração pública, quanto pelo Poder Judiciário, visando, se não à solução do problema carcerário (o que se constitui verdadeira quimera, uma vez que envolve políticas públicas efetivas e permanentes no âmbito das administrações federal, estadual e municipal) a que a administração penitenciária aja de forma a dar ao preso uma condição melhor, respeitando-se a dignidade da pessoa humana.

Deste modo, temos pautado nossas decisões no sentido de determinar obras e/ou melhorias nas unidades prisionais e, se necessário, a construção de novas unidades ou novas galerias, a critério do administrador, de forma a aumentarmos gradativamente a capacidade do sistema prisional e acabar com o quadro de superlotação que contraria o respeito à dignidade humana.

Neste sentido, determinamos a interdição parcial da UP Vicente Piragibe, considerada pela CPI do Sistema Carcerário como a quarta pior unidade do país, impondo a realização das obras necessárias, ali apontadas, e a construção de novas galerias ou nova unidade. Assim, determinamos na esteira do entendimento da Suprema Corte, que em recente decisão, com relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, decidiu que: "O Poder Judiciário pode obrigar a União ou governos estaduais a realizar obras em presídios para garantia constitucional da integridade física dos presos, a qual não depende de prévia dotação orçamentária, uma vez que se trata de direito de natureza fundamental de aplicabilidade imediata".

Algumas unidades foram encontradas em péssimas condições de salubridade, outras com sérios problemas estruturais, rachaduras graves, muros cedendo, vazamentos de esgoto nas galerias ou nas áreas comuns; em todos esses casos determinamos a realização de reparos e/ou obras necessárias.

As unidades prisionais de Guaxindiba sofriam com sérios problemas estruturais; algumas guaritas estavam interditadas, pois os muros estavam cedendo; havia sérios problemas de escassez de água, vazamento da rede de esgoto que contaminava a água armazenada na caixa d'água localizada na entrada das UPs — em razão do que determinamos a realização das obras necessárias, que já foram retomadas pela empresa responsável.

Em todas as UPs temos proibido o acúmulo de comida dentro da cela, exigindo que o lixo que sobra das quentinhas seja retirado diariamente e que sejam utilizadas latas de lixo com tampa, soluções simples, mas que evitam a proliferação de insetos e roedores e, consequentemente, tornam o local mais agradável, melhorando as condições de salubridade.

Em outra UP, após denúncias da Defensoria Pública, localizamos um cubículo de 1m x 1m, que seria utilizado, segundo o efetivo, para torturar os presos. Conversamos com uma galeria inteira, que confirmou

tais denúncias, sendo que dois presos, um deles sul-africano, confirmaram já terem sido vítimas de tortura no local, apontando os agentes que, em tese, praticaram tais fatos. Formalizamos as denúncias e extraímos peças para as autoridades responsáveis.

Em razão da superlotação carcerária, muitos presos não possuem "comarcas" para dormir, dormindo na "pedra", sendo verificado, num primeiro levantamento que faltavam 14.784 colchonetes em todo o sistema prisional.

Verificamos, ainda, que muitas unidades prisionais não contam com atendimento médico um dia sequer, sendo certo que qualquer necessidade médica é submetida aos enfermeiros ou técnicos de enfermagem.

Além disso, o Hospital Penitenciário não possui centro cirúrgico, acarretando o encaminhamento de todos os casos cirúrgicos para a rede pública, que na maioria das vezes não atende, em razão do que temos determinado judicialmente algumas internações. Diante deste quadro solicitamos ao diretor da UPA/Complexo de Gericinó que realize levantamento de todos os casos com indicação de cirurgia, visando a buscar uma solução junto às autoridades responsáveis.

de buscar a efetiva ressocialização, dando condições aos presos de realmente se reinserirem na sociedade.

Neste ponto, outro entrave verificado ocorreu junto à Fundação Santa Cabrini, única responsável no Rio de Janeiro por trabalho e cursos oferecidos aos apenados. Verificamos, em alguns procedimentos, que os valores descontados dos apenados a título de pecúlio, que no estado somam o total de 35% (15% do pecúlio acrescidos dos 20% da família), não são depositados em cadernetas de poupança e não seriam pagos aos internos quando estes alcançam a liberdade. Aliás segundo folha de pagamento, também são feitos outros descontos a título de custeio de despesas processuais que, no entanto, não seriam repassados ao final.

Diante deste quadro, formulamos um aviso orientando os presos sobre seus direitos, solicitando ao secretário autorização para que sejam afixados nas UPs, a fim de orientar o interno quanto aos seus direitos, garantindo que o detento possa requerer o que lhe for devido.

No que tange à fiscalização do trabalho extramuros, o órgão responsável junto à VEP, denominado SCIF, foi completamente reformulado, com a nomeação de novos

> É importante frisar que o condenado recebe o rigor da lei, mas essa mesma lei que o pune também deve ser a que lhe garanta os direitos básicos

No que tange ao trabalho do apenado, lutamos por oferecimento de cursos profissionalizantes e acesso ao ensino médio e fundamental. Nossos percentuais estão bem aquém do determinado em lei. Note-se que o índice de reincidência do sistema prisional supera o índice de 50%, sendo certo que esses números só irão diminuir quando investirmos seriamente no efetivo carcerário, cumprindo os ditames da LEP, garantindo a capacitação mínima do indivíduo, de modo a torná-lo mão de obra especializada, aumentando suas oportunidades no mercado de trabalho.

Atualmente, entre as 55 unidades prisionais, apenas 22 têm escolas estaduais, sendo certo que temos, tão somente, 1.746 presos classificados para o trabalho interno e 327 em trabalho extramuros, além de 27 detentos frequentando cursos profissionalizantes extramuros.

Neste sentido, temos conversado com a Secretaria de Administração Penitenciária e com outros setores da sociedade. Do mesmo modo temos cobrado dos diretores das UPs que disponibilizem locais para realização de cursos e busquem parcerias através da Seap, não admitindo unidades que nada ofereçam aos apenados, no intento

agentes, treinamento e estruturação do setor, em razão do que hoje temos controle de todos os trabalhos extramuros em curso e fiscalizamos todos os locais, tanto assim que, após assumirmos, já descobrimos 25 locais de trabalho extramuros que não existiam.

Neste sentido, o juiz titular Eduardo Perez Oberg editou portaria regulamentando as condições necessárias e a documentação exigida para concessão do TEM.

Ainda visando à celeridade e eficiência necessárias, o recebimento das denúncias foi redefinido, sendo hoje realizado via e-mail, impresso, protocolado e encaminhado à conclusão em menos de 48 horas, garantindo que as diversas denúncias recebidas possam ser apreciadas com a urgência que a matéria exige.

Além dessas, muitas outras melhorias estão sendo realizadas paulatinamente, numa verdadeira ação conjunta entre o Poder Judiciário e a Secretaria de Administração Penitenciária. É importante frisar que o condenado recebe o rigor da lei, mas essa mesma lei que o pune também deve ser a que lhe garanta os direitos básicos, o respeito à sua dignidade durante todo o período de execução de sua pena privativa de liberdade.

Experiência a serviço da Justiça

Magistrados aposentados agregam grande conhecimento à mediação de conflitos para aliviar um Judiciário abarrotado de processos

Luis Henrique Vicent

Desembargador Marcus Faver (à esquerda) recebe o certificado de conclusão do curso

De acordo com o estudo "Justiça em Números", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Judiciário terminou o ano de 2014 com 71,2 milhões de ações. A quantidade de processos nos tribunais brasileiros é tão grande que, se fosse interrompido o ingresso de novas ações, ainda assim os juízes levariam quase dois anos e meio para julgar todo o estoque restante.

Juristas apontam a mediação e a conciliação como os principais instrumentos para desafogar o Judiciário. Com o objetivo de conter o ajuizamento de novos processos, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tem agido no sentido de buscar soluções consensuais, aliando técnicas de mediação à experiência da magistratura.

Em julho de 2015, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) concluiu o Curso Básico de Formação de Mediador para a primeira turma de magistrados aposentados. Dos 29 inscritos no curso, 25 são desembargadores que voltam a atuar no Judiciário como mediadores, dando apoio às Câmaras de Consumo.

O Judiciário fluminense vê na mediação o melhor caminho para evitar novas ações, através da construção de uma nova cultura, tanto para as empresas quanto para os jurisdicionados, visando a alcançar uma nova forma de solucionar conflitos. O presidente do TJ-RJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, acredita que a mediação é o caminho do futuro:

— A nossa Justiça está abarrotada de processos e não pode mais sobreviver nos modos tradicionais. Ela precisa enveredar por novos caminhos e a mediação nos traz essa solução. Vamos reservar a jurisdição àquilo que compete só a ela. A mediação não é uma das alternativas. Ela é a alternativa.

Desde 2011, quando foi criado, o Nupemec já formou mais de 400 mediadores. Entretanto, esta é a primeira turma montada apenas com magistrados aposentados. Eles se diferenciam por poder trazer de volta a experiência de já terem trabalhado com essas mesmas questões por muitos anos, nas mesas de audiências, auxiliando as partes e tentando encontrar a melhor solução para os conflitos, além de já terem uma formação própria da sua atividade de magistrado. A experiência, aliada a uma técnica específica de mediação adquirida no curso de capacitação, contribui para reduzir as demandas, mediando questões que podem ser analisadas por esse instrumento.

Um dos formandos do curso de mediação foi o desembargador Marcus Faver, que já foi presidente do Tribunal de Justiça do Rio. O magistrado destacou o empenho, a

dedicação e a vontade de servir dos magistrados-alunos e os classificou como um "seleto grupo de amantes do Direito e da Justiça".

— A mediação caminha para apaziguar os ânimos e transformar os que seriam litigantes em pessoas mais tolerantes. É uma mudança de comportamento — define Faver.

Trabalhando há quatro anos na conciliação, a juíza aposentada do TJ-RJ Márcia Calainho avalia que a experiência contribui muito para o sucesso do trabalho de mediação.

— Os magistrados aposentados já trabalharam com essas questões por muitos anos, nas mesas de audiências, compondo, auxiliando as partes e tentando encontrar a melhor solução para os conflitos. Eles têm toda uma formação que já é própria da sua atividade de magistrado. Essa experiência, aliada a uma técnica específica de mediação, que vai ser adquirida no curso de capacitação, vai contribuir para reduzir as demandas e desafogar, um pouco, o Poder Judiciário, mediando aquelas questões que podem ser analisadas por esse instrumento — afirma a juíza.

O objetivo da mediação é reduzir, de forma mais rápida, o volume de ações em tramitação na Justiça, através de acordos entre as partes, evitando que novos processos sejam ajuizados. A Justiça parte do princípio de que os cidadãos e as empresas podem assumir suas parcelas de responsabilidade para resolverem sozinhos os seus conflitos, independentemente de uma intervenção do Poder Judiciário.

O curso teve duração de 180 horas e capacitou os magistrados para atender o volume de demandas que vai chegar com a nova legislação da mediação, que vigora a partir deste ano de 2016. Estão sendo criados núcleos não só para atender demandas de consumidores, que respondem por quase 40% dos processos, mas também nas varas de família e juizados. Para o diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), desembargador César Cury, a mediação não é só uma nova filosofia de solução de conflitos, mas também uma sinalização para os advogados, no sentido de orientá-los a redirecionar a apresentação das ações.

De acordo com César Cury, a proposta de colocar os magistrados aposentados como mediadores foi apresentada ao presidente do TJ-RJ logo após a sua eleição, por estar alinhada com o seu projeto de valorização da magistratura, sobretudo o segmento dos inativos.

HABILIDADES

Para o desembargador, durante a carreira, o magistrado desenvolve habilidades que podem ser muito bem aproveitadas na mediação, cujas técnicas, voltadas à reconstrução do diálogo e do entendimento, permitem o alcance, pelas próprias partes, da solução do conflito em que estejam envolvidas. O objetivo do magistrado no exercício da atividade jurisdicional é também o de pacificar o conflito, pela via autocompositiva estimulada ou pela sentença.

— O fato é que não se pode desprezar o patrimônio cultural e a experiência acumulada durante toda uma vida pelos magistrados, quando o Judiciário precisa justamente de quem possa contribuir para a pacificação dos conflitos da sociedade. Nos EUA e em outros países, magistrados podem optar por continuar a trabalhar, em função não jurisdicional, no próprio Tribunal. É o que pretendemos fazer, valorizando o magistrado, que pode escolher manter-se em atividade — diz Cury.

O presidente do Nupemec afirma ainda que a mediação é um dos melhores métodos para resolução de conflitos, por permitir que os próprios interessados participem diretamente da construção do consenso possível, o que nem sempre uma sentença consegue alcançar:

— A mediação tem como propósito fundamental resolver o conflito subjacente à disputa de interesses, com o restabelecimento do diálogo e do entendimento. A partir daí, há a pacificação da relação, e não apenas do processo, o que representa a clara tendência da não repetição do litígio. Além disso, a autocomposição concorre para a formação da cultura de paz e da não judicialização, proporcionando o aprendizado da responsabilidade pela solução dos conflitos pelos próprios envolvidos, independentemente da intervenção do Estado-juiz.

Nesse sentido, o Tribunal oferece à sociedade a possibilidade de solução de suas disputas através de profissionais experientes, altamente qualificados e com a sensibilidade que a jornada diária como magistrado permite. Ainda que as demandas já tenham sido ajuizadas, e mesmo sentenciadas, as partes poderão optar por uma solução negociada antes mesmo do julgamento em 2º grau. O projeto está estruturado e funcionando desde abril de 2015.

— Após o convite, cerca de 40 magistrados inativos, além de profissionais do Direito de outras instituições, como procuradores de Justiça, advogados e tabeliães, aderiram ao projeto, frequentaram o curso de formação em mediação judicial e iniciaram o período de estágio supervisionado, com grande alegria e enorme proveito. Pretendemos expandir o projeto, como permitem o novo CPC e a Lei de Mediação, e como estimula a Resolução 125 do CNJ, e passar a oferecer outras modalidades de resolução consensual de conflitos pelos novos mediadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro — finaliza o desembargador.

O JEITO CARIOCA DE HOSPEDAR BEM.

O Copacabana Praia se encontra numa área do Rio de Janeiro entre a Praia de Copacabana e a Praia de Ipanema, com muita elegância e conforto. Todos os quartos dispõem de ampla varanda, ar-condicionado e acesso à Internet (Wi-Fi). Os andares superiores oferecem vista para o mar. No terraço, além da paisagem, você poderá curtir, numa espreguiçadeira à beira da piscina, um coquetel de sua preferência. O café da manhã é servido num sortido buffet. No restaurante oferecemos ainda um variado e saboroso cardápio no almoço e no jantar.

NÃO ESPERE O VERÃO. FAÇA JÁ SUA RESERVA ONLINE.
Visite o nosso site: www.copacabanapraiahotel.com.br

COPACABANA PRAIA HOTEL
★★★★

Rua Francisco Otaviano, 30 - Tels.: 3505-5555 / 2522-5646 - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ

Carreira da magistratura aos olhos de um jovem

Ter a dimensão do impacto de suas decisões é o principal aspecto a ser considerado pelo juiz iniciante

BRUNO BODART • Juiz

O início da magistratura é um período de especial valor na vida de um juiz. O conhecimento adquirido nesse estágio, além de acompanhar para sempre o magistrado em sua atuação, também ajuda a escolher suas preferências entre as diversas matérias compreendidas na competência da Justiça estadual. Logo após o momento inesquecível de vestir pela primeira vez a toga, segue-se a necessidade de arregaçar as suas mangas e enfrentar os desafios únicos que a função apresenta.

Poucas carreiras conseguem refletir tantos aspectos da natureza humana como a magistratura. Todo caso levado a julgamento guarda um pouco da vida de cada uma das partes, de onde o juiz colhe lições para o seu ofício e para a sua própria vida pessoal. É preciso coragem, independência e compromisso com a Justiça para suportar o peso da caneta cuja tinta definirá o futuro de todos os envolvidos — e por vezes também de terceiros. Ter a adequada dimensão do impacto das suas decisões no destino das partes e na sociedade como um todo é certamente o principal aspecto a ser desenvolvido pelo juiz iniciante, pois se trata de atributo que apenas pode ser adquirido a partir do exercício da jurisdição. De imediato se percebe que o conhecimento necessário para ser um bom julgador não cabe nos livros e deve ser revisitado dia após dia.

Nada obstante, a superação desses desafios é uma fase tão importante quanto prazerosa. Descobrir a imensa relevância da atuação judicial para o dia a dia dos cidadãos e para o desenvolvimento do país torna ainda maior o fascínio pela carreira, superando as expectativas daqueles que, há pouco, eram candidatos ao cargo. Quando sonho e vocação se encontram, na realidade ganha a população. •

> “Quando sonho e vocação se encontram, na realidade ganha a população

JUIZ JDS

Regulamentar ou não?

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro estuda a criação de um novo cargo para os magistrados: Juiz de Direito Substituto de Desembargador (JDS). A ideia é tornar permanente a convocação de juízes para atuar no segundo grau de jurisdição. **FÓRUM Amaerj** entra no debate que movimenta a classe, abrindo espaço para as opiniões dos desembargadores Eduardo Gusmão e Werson Rêgo

CONTRA

Melhorar a produtividade

EDUARDO GUSMÃO • Desembargador do TJ-RJ

Qualquer empresa, diria instituição, depende da boa gestão de seus recursos humanos: selecionar os melhores, estimulá-los e lotá-los da forma mais produtiva, tudo dentro de estreitos limites orçamentários. Na iniciativa privada esses limites são ditados pelo mercado e o preço final de produtos e serviços; no setor público a fronteira é a arrecadação do ente federativo a que está a instituição vinculada.

Quanto mais bem remunerados os funcionários, ou servidores, menor será a disponibilidade para a contratação de mais pessoal, de modo que menos terão de cumprir a tarefa antes confiada a um número maior de pessoas. A isto, em síntese, chama-se ganho de produtividade. Caso isto não ocorra e as pessoas restantes não apresentem ganhos, as metas de produção não serão alcançadas.

Ganhos de produtividade por outro lado exigem medição cuidadosa do número de horas trabalhadas para a produção de cada item do produto final, ao que corresponderá uma alocação ótima de pessoal. Para uma montadora de nada adianta produzir rodas sem fabricar motores, ou motores em maior número do que carrocerias. É mais produtivo e eficiente produzir de cada coisa um número menor, desde que ao final mais automóveis completos saiam da linha de produção. E para isto a quantidade de pessoas deve ser cuidadosamente equilibrada.

É possível transplantar estas ideias para o Poder Judiciário. Primeiro, não nos adianta proferir um número de 2 mil acórdãos e 1.700 sentenças, assim como

não podemos inverter os números com 1.700 acórdãos e 2 mil sentenças. Muito mais produtivo é ter simplesmente 1850 acórdãos e sentenças porque será este o maior número possível de conflitos solucionados com o orçamento disponível. Segundo, cada pessoa lotada na produção de pneus, digo acórdãos, será uma pessoa que não produzirá motores, quer dizer, sentenças.

A criação dos cargos de Juiz de Direito Substituto de Desembargador — um inusitado ser com rosto, capa, função e remuneração de desembargador mas que desembargador não é — significa portanto uma opção. Em um Tribunal com 200 cargos vagos de juiz e mais de 2.000 cargos vagos de servidores em primeiro grau — cargos que não podemos prover por estarmos com 5,31% de comprometimento do orçamento com pessoal e a iminência de um 2016 de recessão – colocaremos mais pessoas produzindo acórdãos em detrimento de pessoas que poderiam estar nos cartórios vazios produzindo sentenças.

Fizemos outras opções nos últimos anos: dois novos CAI 3 para os desembargadores; pagamento de acumulação para os juízes auxiliares; criação de Grupo de Sentença; aumento de 24% para os servidores. Para cada acumulação deixamos de contratar dois servidores e preferimos pagar 2,7 acumulações a nomear um novo juiz. Os CAI 3 representaram menos 360 funcionários em 1° grau e os 24%, muito justos, importaram redução nas contratações de funcionários de igual magnitude. Se as Varas estão bem, basta seguir a trilha. Caso contrário a solução é medir cuidadosamente — não empírica ou politicamente — onde os recursos serão mais produtivos. Neste momento minha suspeita é de que temos pneus demais e motores de menos. •

> Colocaremos mais pessoas produzindo acórdãos em detrimento de pessoas que poderiam estar nos cartórios vazios produzindo sentenças
>
> **EDUARDO GUSMÃO**

> O TJ-RJ há muitos anos se vale da força de trabalho de JDS de desembargador
>
> **WERSON RÊGO**

A FAVOR
Juízes de Direito

WERSON RÊGO • Desembargador do TJ-RJ

A eventual criação do cargo de JDS em segundo grau, existente em outros tribunais, movimenta os debates no TJ-RJ. Os principais argumentos contrários à aprovação são inconstitucionalidade, contrariedade à lei, discricionariedade na escolha. Não comporta este texto objeções pontuais. Entretanto, com total respeito às divergências, não se sustentam.

O STF pacificou a jurisprudência no sentido de que "o sistema de substituição em segunda instância adotado pelo Poder Judiciário do SP não é ofensivo à Constituição" (LC Estadual nº. 646/90)", ao julgar o HC 81347/SP — 2ª T, Rel. Min. Carlos Velloso (DJ 9/5/03, p.68). Também no HC 71.963/SP, Plenário, Rel. Min. Carlos Velloso; HC 68.905/SP, 2ª T, Rel. Min. Néri da Silveira; HC 69.601/SP, 1ª T, Rel. Min. Celso de Mello.

O CNJ, nos PCA 35/2005, Rel. Douglas Rodrigues (TJSC), PCA 541/2005, Rel. Ruth Carvalho (TJMT), e Pedido de Providências 1433/2007, Rel. Alexandre de Moraes (TJSP), afirmou a legalidade da existência do cargo de juízes substitutos de segundo grau, desde que criados por lei. O TJ-RJ está propondo PL Estadual; logo, esvaziadas as alegações de inconstitucionalidade e ilegalidade.

Quanto aos critérios de escolha dos juízes, nada novo. Os cargos serão providos por concurso de remoção, observados os critérios de antiguidade e merecimento [entre os integrantes da primeira quinta parte da lista de antiguidade], alternadamente, vedada a permuta.

Estudos internos concluem que, apesar das limitações orçamentárias, o impacto financeiro não comprometem os limites da lei de responsabilidade fiscal. Afastadas as principais objeções à proposta, por que aprová-la? O sistema tradicional de convocação de magistrados para substituição em segundo grau traz dificuldades para a gestão judiciária, a começar pelo desfalque na Vara de origem e a consequente necessidade de designação de juiz substituto. A proposta contribui para a celeridade dos julgamentos e, ao mesmo tempo, evita que as convocações transitórias de juízes acarretem prejuízo para os serviços judiciários do primeiro grau de jurisdição.

O TJ-RJ há muitos anos se vale da força de trabalho de JDS de desembargador. A criação do cargo de JDS em segundo grau regulará situação concreta, de longa origem, e atenuará o desequilíbrio na distribuição dos recursos cíveis, com impacto negativo junto às cinco câmaras cíveis especializadas em direito do consumidor (que não estão preenchidas e que receberam, de jan/out 2015, conforme dados da 1ª vice-presidência, 37,51% de todos os recursos cíveis distribuídos, contra 62,49% para as demais 22 câmaras cíveis). Tal crescente desequilíbrio inviabiliza a redução dos processos submetidos a julgamento pelas especializadas, em afronta ao primado da razoável duração do processo.

Terceiro, a iminente adoção dos 75 anos de idade para a aposentadoria compulsória de magistrados engessará a carreira. Efeito sequencial a afetar os colegas do primeiro grau. Os cargos criados acolherão os colegas que seriam promovidos a desembargador, nos próximos cinco anos, por antiguidade e por merecimento, anulando o efeito imobilizador da alteração acima referida. Os JDS abrem espaço para as remoções na entrância especial e, após, à promoção para esta, e assim, sucessivamente.

Trata-se, enfim, de experiência bem-sucedida onde praticada. É medida em que todos ganham. •

Entretenimento ou covardia?

Uma visão legal e realista sobre rodeios, vaquejadas e eventos assemelhados, práticas nefastas no Brasil

ROSANA NAVEGA CHAGAS • Juíza do Juizado Especial Criminal de Niterói

Uma linda arena com bandeiras vermelhas espalhadas, peões exibindo suas belas vestimentas e se apresentando como homens valentes e corajosos; luz, som alto, ambiente alegre, grandes patrocinadores, uma plateia ávida por entretenimento, uma festa magnífica! Por detrás da arena um curral, bovinos e equinos de grande porte estão lá e, sem a visão do público, são submetidos aos mais diversos meios de maus tratos, que serão detalhados neste trabalho, e tudo para ficarem no "ponto certo" de estresse, sofrimento e dor: o ponto que transforma um pacífico animal em uma fera indomável... Isto é o rodeio! Passo a especificar as práticas das torturas.

São promovidos no Brasil, especialmente em áreas rurais, eventos denominados rodeios e vaquejadas, onde, no primeiro caso, bovinos, novilhos e equinos são utilizados a fim de serem dominados pelos peões. Para a preparação dos animais, que deverão corcovear, pular e demostrar agressividade, é utilizada uma série de técnicas, a fim de estressá-los ao máximo e torturá-los, para que os animais se apresentem na plateia transparecendo a (falsa) agressividade.

Entre outras, as técnicas de rotina são as seguintes: "sedém", que é o cinturão posto sobre o pênis e os testículos dos bovinos e equinos, que são violentamente puxados no momento do ingresso nas arenas, sendo ele que produz o efeito "pula-pula", uma vez que causa intensa dor nos testículos e no órgão sexual; "esporas", que são objetos pontiagudos, acoplados às botas dos peões, para golpear os animais na cabeça, pescoço etc., o que, junto com as demais torturas, fazem com que os animais corcoveiem de forma intensa.

É utilizada a "peitieira", que é uma corda ou faixa amarrada aos animais, atrás das axilas, que causa muita dor; "polacos" ou "sinos" são instrumentos que produzem barulhos altamente irritantes e estressantes, e que ficam cada vez mais intensos a cada pulo; são também aplicados choques elétricos e mecânicos, pimenta e outras substâncias abrasivas, além de golpes e marretadas; finalmente, a "descorna", onde os chifres dos bovinos são aparados com a utilização de serrotes, sem utilização de anestesia, causando sofrimento e muita dor.

Ressalte-se que o nível de estresse é tão intenso que uma égua faleceu no dia 25/06/2011, na famosa "Festa do Tomate", em Paty do Alferes, após ser chutada e cutucada por quatro pessoas, por não querer entrar na arena, em um rodeio promovido pela Cia de Rodeios Falcão, conforme vastas notícias na mídia, sendo acessível o vídeo do trágico evento no You Tube, sob o título: "Cavalo Morre em Rodeio na Festa do Tomate". Evidentemente, a égua faleceu face ao grande estresse, e já prevendo os maus tratos que viria a sofrer, se ingressasse na arena.

PROTEÇÃO LEGAL

Inicialmente, frise-se que a expressão "direito dos animais" tem em vista que os seres não humanos têm a capacidade de sentir sofrimento e dor, embora desprovidos de um raciocínio humano.

A Constituição Federal reserva o Capítulo VI à proteção do Meio Ambiente, estabelecendo no seu artigo 225, verbis: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações."

> A Constituição Federal atribui aos animais direitos, já que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado

Inegável me parece que a Constituição Federal atribui aos animais direitos, já que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado! Ademais, literalmente os protege, nos termos do inciso § 1°, VII desse artigo, verbis: "Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:...VII — proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais a crueldade."

Por sua vez, o artigo 32 da Lei 9.605 estabelece o crime de maus tratos aos animais, nos seguintes termos: "Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos". Em termos de normas internacionais, às quais o Brasil deve obediência, por ser membro da ONU, há a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, a qual estabelece no seu artigo 10, verbis: "Nenhum animal deve ser usado para divertimento do homem. A exibição de animais e os espetáculos que utilizam animais são incompatíveis com a dignidade do animal."

INSTRUMENTOS LEGAIS

A ação popular é o instrumento constitucional à disposição de qualquer cidadão, para impedir maus tratos aos animais em rodeios, rinhas de galos, qualquer evento baseado em sofrimento. Tal ação tem sua previsão no artigo 5°, LXXIII da Constituição Federal.

Outro instrumento eficaz é a ação civil pública, prevista na Lei 7.347/85, que estabelece, no seu artigo 1°, inciso I, a ação de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao meio-ambiente e onde há um rol de legitimados no seu artigo 5°, entre eles o Ministério Público, a Defensoria Pública, as associações constituídas há mais de um ano e que tenham por finalidades a proteção aos animais.

No meu sentir, também entendo possível a atuação do Ministério Público nos Juizados Criminais, ou de qualquer entidade protetora dos animais, para proporem medidas judiciais liminares, com o fim de coibir a realização de um rodeio, uma vez que há neles os evidentes maus tratos. Em sendo assim, incide a competência do Juiz do Juizado Criminal, para prolatar decisões com o seu poder de cautela do juiz.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A Lei federal 10.519/2002 estabelece normas para a realização de qualquer rodeio, em nível nacional, e entre elas a obrigação de a entidade promotora do rodeio prover infraestrutura completa para atendimento médico, com ambulância de plantão, entre outras providências; ademais também estabelece a imposição da comunicação da realização do evento ao órgão estadual competente, com antecedência mínima de 30 dias (artigo 5°).

Ocorre que, não raro, as imposições dessa lei não são cumpridas pelas companhias de rodeios e pelas prefeituras municipais, o que configura grave violação à legislação vigente.

Consequentemente, no meu sentir, o prefeito municipal que descumprir a Lei 10.519/2002, deixando de comunicar com a antecedência de 30 dias a realização de um rodeio, ou deixar de cumprir qualquer exigência dessa lei, incide no artigo 11 da Lei 8.429/92, que estabelece ser ato de improbidade administrativa "qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade as instituições."

▶▶▶

Na medida em que há uma lei federal que regula as providências que a municipalidade deve realizar antes de um rodeio, o descumprimento da lei (o que de praxe ocorre) é ato de evidente ação de desrespeito à legalidade, no que o prefeito municipal que assim agir estará cometendo ato de improbidade administrativa, que acarreta sua inelegibilidade de 3 até 5 anos, nos termos do artigo 12, III desta lei.

Na verdade, tenho notado, de forma constante, que as liminares obtidas pelo Ministério Público, e pelas ONGS de proteção aos animais, são sempre baseadas no descumprimento da Lei 10.519/2002, pois raramente são cumpridas as exigências legais, no que ela deve sempre ser utilizada, para a obtenção das liminares. Foi assim que o Jecrim de Japeri, através de ação do Ministério Público, deferiu liminar para proibir o rodeio em 2011.

RODEIOS PROIBIDOS

São várias as cidades onde os rodeios foram proibidos por lei ou decisões judiciais, ou pelas duas hipóteses. Entre elas, apenas para exemplificar, estão: Água de São Pedro, SP (Decisão Judicial e Decreto Estadual 40.400/95; Américo Brasiliense, SP (Decisão Judicial); Andradas, MG (Decisão Judicial); Araraquara, SP (Lei Municipal); Arealva, SP (Decisão Judicial); Barra Bonita, SP (Decisão Judicial); Bauru, SP (Decisão Judicial); Boa Esperança, SP (Decisão Judicial); Cabreúva, SP (Decisão Judicial);Campinas, SP (Lei Municipal); Cravinho, SP (Decisão Judicial); Descalvado, SP (Lei, Tribunal de Justiça de 2009); Fortaleza, CE (Projeto de Lei Ordinária); Florianópolis, Sta. Catarina (Decisão Judicial); Guarujá, SP (Decisão Judicial); Guarulhos, SP (Lei Municipal); Itupeva, SP (Tribunal de Justiça); Judiaí, SP (Tribunal de Justiça); Limeira, SP (Decisão Judicial); Marília, SP (Ação Civil Pública); Mogi das Cruzes, SP (Lei Municipal); Nova Friburgo (Lei Municipal); Osasco, SP (Lei Municipal); Ribeirão Bonito, SP (Decisão Judicial); Ribeirão Preto, SP (Decisão Judicial); Rincão, SP (Decisão Judicial); Rio de Janeiro, RJ (Lei Municipal); Santa Lúcia, SP (Decisão Judicial); São Bernardo do Campo, SP (Lei Municipal).

HISTÓRICA DECISÃO

Merece destaque, neste pequeno trabalho, a decisão mais bela que já avistei sobre direitos dos animais, especificamente sobre maus tratos em rodeios e eventos semelhantes. Trata-se da recente decisão liminar na Ação Civil Pública nº 0000725-82.2015.8.16.0085, que proibiu a utilização de qualquer prática de tortura em bovinos, novilhos e equinos, ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Paraná, contra R.A.F.F, D.B.D.S e Município de Rosário de Ivaí (PR).

Tal decisão foi prolatada pela juíza Fernanda Orsomarzo, onde, de forma breve (mas aprofundada e de muita cultura e sensibilidade), expõe todo o sistema de proteção dos direitos dos animais, sendo que alguns fundamentos merecem destaque, por extrema beleza e clara visualização da situação dos animais submetido a práticas cruéis, vedadas por sua decisão, in verbis: "Infligir dor, sofrimento e morte a terceiros inocentes para obtenção de prazer é moralmente reprovável. Ora, a cultura de um povo deve ser interpretada como todo o processo que, de algum modo, influencia o desenvolvimento ético e moral do homem, como ser pensante e racional, e não como algo que implica a desconsideração dos interesses de outros seres". Nesse ínterim, "cultura" que subjuga e instrumentaliza vidas, camuflando os mais escusos interesses financeiros, não é cultura. É tortura. Diversão que explora o sofrimento de seres que não têm condição de defesa não é diversão. É sadismo. "Esporte" em que um dos envolvidos não optou por competir não é esporte. É covardia.

> "Cultura" que subjuga e instrumentaliza vidas, camuflando os mais escusos interesses financeiros, não é cultura. É tortura

Aqui no Rio, embora ainda de forma tímida, teve início o movimento para a proibição dessa prática, e para tanto a Comissão de Proteção aos Animais do Estado do Rio de Janeiro, presidida pela deputada Danielle Guerreiro, realizou a primeira Audiência Pública do Estado do Rio, em 24/09/2015, da qual tive a honra de participar, para discutir os maus tratos aos animais em rodeios.

Por tudo, rodeios, vaquejadas, rinhas de galo e qualquer outro dito "entretenimento" baseado na dor e no sofrimento dos animais não são diversão: são crimes de maus tratos!

Confraternização da classe

Em outubro de 2015, a Amaerj promoveu diversos eventos buscando a confraternização dos magistrados do Rio. Na Sede Campestre, os associados puderam participar do 4º Amaerj Tennis Open e da Festa das Crianças. Os pequenos também se divertiram no Dia das Crianças da Sede Praiana, que ainda realizou uma Oktoberfest para os magistrados. A Associação também parabenizou os aniversariantes do trimestre, na Sede Central

Fotos Amaerj

1

2

DIA DAS CRIANÇAS
1. Criançada ficou encantada com personagens em Vargem Grande
2. Pequenos também se diverdiram em São Pedro da Aldeia

OKTOBERFEST
3. Associados aproveitaram a Oktoberfest na Sede Praiana

3

Fotos Amaerj

TÊNIS
1. Magistrados do Rio disputaram o 4º Amaerj Tennis Open
2. Torneio foi realizado na Sede Campestre
3. Vencedores ganharam troféus da competição
4. Associados jogaram em quadras de saibro

FESTA DOS ANIVERSARIANTES
5. Magistrados aniversariantes foram homenageados na Amaerj

4

5

MINISTRO LUIZ FUX

Código arrojado

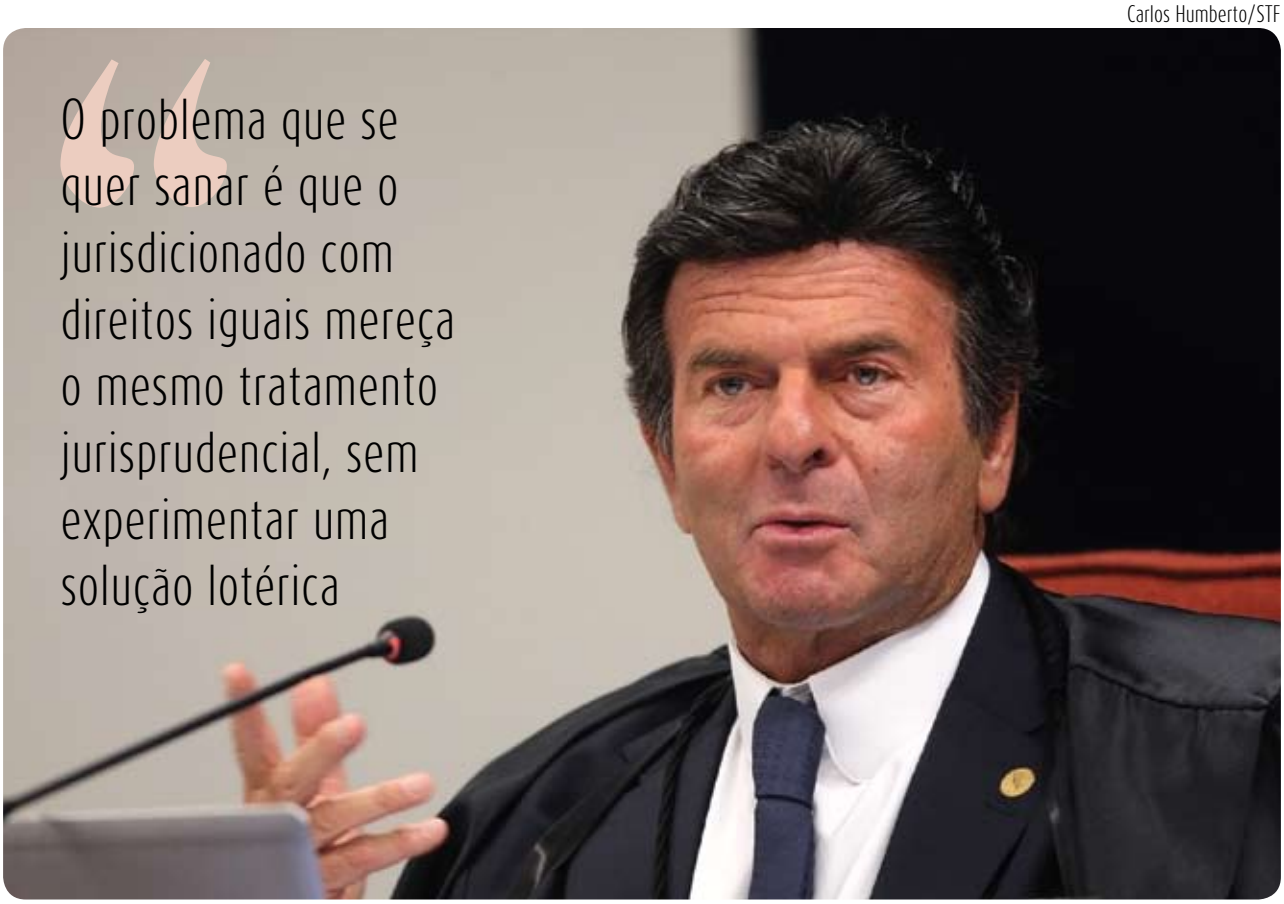
Ministro Luiz Fux destaca o Novo Código de Processo Civil como uma medida arrojada e afirma que texto estará alinhado com a modernidade

A partir de março de 2016, começa a vigorar o novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015). Ex-desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fux foi o presidente da comissão que elaborou o novo CPC. Em entrevista à FÓRUM Amaerj, o ministro do Supremo Tribunal Federal aponta os excessos de formalismo do Processo Civil, de recursos e a litigiosidade desenfreada como grandes fatores determinantes que impedem a Justiça de prestar um serviço ágil. Segundo Fux, o novo Código se baseia na promessa constitucional da duração razoável dos processos. É um instrumento que prevê a simplificação de fórmulas, diminui o número de recursos e traz instrumentos capazes de permitir aos juízes que deem uma resposta judicial rápida.

Segundo o CNJ, os juízes mais produtivos do país são os do TJ-RJ. Ainda assim, o número de processos continua gigantesco. De que forma o Novo CPC ajuda o juiz a enfrentar esse problema e permite que a Justiça não seja morosa?

Adotamos diversas formas de reduzir a duração do processo, com medidas diversas, a saber: 1) antecipação da audiência de conciliação para momento anterior à apresentação da resposta do réu; 2) redução dos casos de cabimento do agravo, bem como a extinção dos embargos infringentes; 3) inovação, como a do incidente de demandas repetitivas, cujo escopo é resolver a litigiosidade de massa através da técnica de adoção da mesma tese jurídica às ações repetidas quanto ao mesmo *thema judicandum*, resolvendo através da decisão desse novel mecanismo judicial milhares de ações; 4)

Carlos Humberto/STF



criação da tutela de evidência, que representa o deferimento de uma providência prática em que a parte somente obteria no final do cumprimento da sentença ou do processo de execução, tendo em vista ostentar um direito *prima facie* evidente. Sob esse ângulo prestigia-se a regra de que o ônus do tempo deve ser suportado pela parte que não tem razão aferível de pronto.

O incidente de resolução de demandas repetitivas é a grande inovação do Novo CPC?

Creio que o código inteiro, *per se* e *in totum*, foi uma medida arrojada. Essa é mais uma tentativa de acelerar a prestação da tutela jurisdicional. Os recursos repetitivos se mostraram um instrumento importante no combate à morosidade. Entretanto, a função primordial é evitar julgamentos contraditórios e aumentar o nível da segurança jurídica e o grau de previsibilidade do jurisdicionado com relação a determinada causa, gerando um verdadeiro efeito cascata. Quando se observa a prescrição dos requisitos necessários à instauração do incidente, fica mais claro, pois o objetivo é resguardar, nos termos da lei, a isonomia e a segurança jurídica. O problema que se quer sanar é que o jurisdicionado com direitos iguais mereça o mesmo tratamento jurisprudencial, sem experimentar uma solução lotérica. Com esse incidente, haverá a fixação da tese que incidirá sobre todos os casos em que se discute a mesma hipótese. Veja que a celeridade será verificada em momento posterior, tendo em vista que *prima facie* haverá um tratamento isonômico para questões idênticas. Então causas futuras que suscitem novamente a mesma discussão terão o mesmo deslinde sem que haja a mesma e complexa marcha processual do que as anteriores. Portanto, sem dúvida, há efeitos na duração; entretanto, ele é reflexo, embora assaz relevante. Considere-se, ainda, que a decisão adotada pelos tribunais superiores nesse incidente tornará inadmissíveis os recursos que se queiram voltar contra o *stare decisis*.

Que formas o Código traz para impedir a proposição de recursos?

A racionalização do procedimento aponta para o sentido de que a belicosidade deve ser afastada por todos os agentes que atuam no processo. A comissão, por sua vez, reduziu as hipóteses de in- ▶▶▶

terposição de recursos em todas as etapas do processo, havendo, por fim, a previsão de multa por recurso procrastinatório, com a exigência de depósito prévio do seu valor como requisito de admissibilidade de novo questionamento recursal.

O senhor acredita que a conciliação é a melhor forma de solução de litígios?

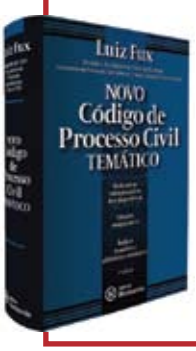
O NCPC, logo no capítulo das normas fundamentais, traz a arbitragem, a conciliação e a mediação como método de solução consensual de conflitos sem, contudo, estabelecer um rol taxativo para contemplar essa possibilidade. Ao contrário, determina o estímulo a todos os métodos existentes, sem se preocupar tanto com a fórmula, mas com o que realmente interessa, que é a solução do conflito, numa forma de efetiva tutela, principalmente quando se observa a sua abrangência no que tange à forma (judicial ou extrajudicial) e no tocante às pessoas que devem estimular esses métodos alternativos.

Durante a elaboração do Novo Código, muitos juristas do país foram ouvidos. O texto contempla muitas dessas sugestões colhidas?

Deveras, forçoso relembrar em primeiro lugar, que o NCPC é fruto de um regime democrático, e de uma Constituição Cidadã; o que, por si, é um marco que determina inexoravelmente a influência social na sua elaboração. Além disso, importa frisar que o projeto de lei que deu início ao novel diploma é datado de 2010. Desde então foi submetido a várias audiências públicas, aproximadamente uma centena, contando as do Senado e da Câmara, sem prejuízo de a comissão ter recebido cerca de 60 mil e-mails e a colaboração de toda a comunidade científica e acadêmica, no total de uma centena de memoriais-livros. De todo o material, foram acolhidas 80% das sugestões, de sorte que o CPC é fruto da vontade da sociedade brasileira, que falou e foi ouvida. O propósito da comissão foi o de instituir formas e instrumentos capazes de viabilizar a promessa constitucional de duração razoável do processo.

Um guia para entender o NCPC

Em setembro, o ministro Fux lançou, no TJ-RJ, o livro "Novo Código do Processo Civil Temático" (Editora Mackenzie). De fácil consulta, o livro apresenta em destaque os temas do Novo Código de Processo Civil, acompanhados de um detalhado índice temático e dos indicativos interpretativos dos dispositivos. Traz ainda a íntegra do Novo Código, um quadro comparativo que confronta o CPC 2015 e o CPC 1973, e um índice alfabético-remissivo do Código e das súmulas processuais civis. Trata-se, sem dúvida, de um instrumento de atuação ágil para os profissionais do Direito, professores, advogados e estudantes em geral, ao propiciar nesse prazo de *vacatio legis* a presteza necessária que o profissional jurídico necessita para ter uma visão de conjunto do novo ordenamento. ●



O STF tem muito mais recursos para julgar do que a Corte Suprema Americana. Essa é uma questão cultural?

A cultura da superlitigância hodierna advém de uma porta aberta pela nossa Constituição, que estabelece o STF como uma Corte Constitucional, mas também como mais uma instância recursal e ordinária. Aliando essa estrutura com a previsão extensa de direitos fundamentais de exigibilidade imediata, ocorre esse quadro que vivemos atualmente, com a chegada de 79.943 processos, acompanhados de 114.428 decisões somente em 2014.

Por que o senhor classificou o Código como um instrumento de realização da Justiça?

Conforme mencionado rapidamente, o NCPC proporciona aos operadores do direito mecanismos eficientes de entrega da tutela jurisdicional, ao particular de maneira célere e eficaz, com o compromisso firmado por toda a sociedade, na medida em que todos colaboraram com sugestões, sempre na observância e respeito aos direitos fundamentais.

Por fim, em março, quando entra em vigor, o primeiro Código do século XXI estará alinhado com a modernidade?

Com toda certeza, com as inovações de ordem coletiva e multifacetada, há plena adequação dos meios processuais como reclamos sociais referentes à morosidade judicial e à crise das formas usuais de prestação de justiça. ●

Balanço da gestão

A FÓRUM Amaerj apresenta um levantamento das ações realizadas pela diretoria da associação no biênio 2014-2015. Confira as atuações, os projetos e as iniciativas promovidas pela gestão

Em janeiro de 2014, a chapa Autonomia e Valorização tomou posse na diretoria da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro. A Amaerj tem pautado sua gestão na luta pelo resgate da imagem do juiz e do Judiciário, pelo retorno do Adicional por Tempo de Serviço, pela ampliação de parcerias e pela democratização interna. Sob a presidência do juiz Rossidélio Lopes, a diretoria encerra sua gestão no fim de janeiro de 2016 e apresenta nesta edição da FÓRUM Amaerj um balanço das atividades realizadas no biênio.

Além do levantamento das principais ações, a revista também apresenta o depoimento dos magistrados integrantes da diretoria. Os entrevistados destacaram os avanços em lutas históricas, na atuação institucional, na defesa das prerrogativas e no apoio aos projetos dos associados.

O presidente Rossidélio Lopes ressalta os compromissos assumidos antes de se iniciar a gestão — o compromisso com os juízes, os aposentados e pensionistas e o fortalecimento do Poder Judiciário:

— Nestes dois anos, nós conseguimos avançar em todos esses processos, na segurança jurídica e financeira dos magistrados da ativa, tendo em vista que o Rio de Janeiro está entre os estados que melhor conseguem pagar aos seus juízes. Uma luta pela valorização dos aposentados, com reuniões e o compromisso do pagamento de dívidas anteriores, como o Fundo de Reserva, e também a valorização de pensionista como integrante fundamental da Associação. Devemos respeitar aqueles que dedicaram praticamente toda a sua vida profissional à magistratura e muitos que morreram no exercício do cargo. Portanto, a Associação deve abranger essas três categorias e cuidar da valorização profissional. Em suma, conseguimos enfrentar estes dois anos com muita abertura participativa, com as demais carreiras e com o Tribunal, entendendo que a Amaerj deve ser a extensão do gabinete do juiz, com seus interesses para trabalhar ativamente na autonomia e independência do magistrado.

Fotos de divulgação

Direitos Humanos: Prêmio Patrícia Acioli ganhou troféu e passou a ser realizado no Theatro Municipal

Parcerias: Associação contou com a Arquidiocese do Rio para a realização de eventos sociais

▶▶▶

A juíza Cláudia Motta, secretária-geral, destacou a intensa defesa dos magistrados. Para a magistrada, a Associação cumpriu seu papel institucional de defesa das prerrogativas e da atuação dos juízes:

— Os magistrados têm sido muito questionados e atacados. Demos uma resposta e mostramos a verdadeira face do juiz, porque quando se fala em juiz alguns pensam em privilégios e sabemos que essa não é a nossa realidade. Não estamos na defesa de privilégios e sim de prerrogativas, uma atuação que a Amaerj realizou muito bem.

Rossidélio observa que nenhum juiz que procurou a Associação ficou sem amparo jurídico:

— O compromisso de respeitar e acatar a individualidade dos associados foi feito. Todos os requerimentos solicitados pelos juízes foram atendidos pela Amaerj. Também abrimos a Associação para propostas de emendas das eleições diretas pela alteração do regimento interno, o que não podia ser feito inicialmente.

A Associação também ofereceu apoio institucional e de divulgação dos projetos sociais realizados pelos magistrados do Rio. Cláudia Motta afirma que a ação foi muito importante para o resgate da imagem do juiz perante a sociedade e também uma realização para cada magistrado.

— Houve sempre a intenção de apoiar as iniciativas dos magistrados, os bons projetos desenvolvidos pelos colegas, como os projetos das juízas Mafalda Lucchese, Raquel Chrispino e Raquel de Oliveira, que encontraram esse respaldo na Amaerj. A magistratura tem essa função social, muitos juízes conservam esse idealismo e a Amaerj apoiou todas essas iniciativas — frisa Cláudia Motta.

A juíza Lysia Mesquita Figueira, vice-presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal, aponta o acolhimento dos magistrados como o grande legado da gestão:

— Depois de uma eleição inusitada, a diretoria surpreendeu porque conseguiu acolher a maioria dos juízes dentro da Amaerj. Conseguimos ter um acesso a todos os colegas, foi uma novidade no meu entendimento. A Associação realmente passou a ser frequentada por vários juízes de primeiro grau e também pelos desembargadores. Esse é o grande legado desta gestão, um acolhimento maior de todos. Esse espaço foi ocupado por todos e não há como retroceder. Todas as questões discutidas pela Amaerj foram produtivas porque demonstraram uma participação ativa de juízes e desembargadores. Conseguimos um envolvimento muito grande.

O presidente da Amaerj destaca a união associativa e a relação com o TJ-RJ para as conquistas da magistratura nesses dois anos:

— Formamos a Frentas-Rio, que foi um compromisso nosso de unir todas as associações de carreiras jurídicas do Rio de Janeiro, os juízes federais, trabalhistas, o Ministério Público estadual e federal. Participamos ativamente da AMB, em todas as lutas institucionais. Acredito que hoje o Judiciário, inclusive, tem uma posição de destaque político nas questões nacionais, mais prestigiada do que os outros poderes. Também tivemos uma relação leal com as administrações do Tribunal, tanto da presidente Leila Mariano quanto do presidente Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho. Divergimos em alguns pontos, mas sempre com lealdade, sabendo como é difícil agregar os interesses dos associados com o da gestão administrativa do TJ-RJ. Com isso, avançamos na limitação financeira, proporcionando melhores ganhos aos magistrados, através do auxílio-moradia, auxílio-educação, do auxílio-transporte, sempre contando com a valiosa ajuda da administração do Tribunal.

Defesa dos magistrados: Diretoria não mediu esforços pelas garantias da classe

União associativa: Amaerj discutiu pautas de interesse da magistratura com demais entidades

O vice-presidente da AMB, juiz Paulo Feijó, também ressaltou a importância da união associativa:

— A criação da Frentas, com outras associações de Magistrados e do Ministério Público no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, é um bom exemplo das gestões feitas diretamente pelo presidente da Amaerj, que passaram pela articulação de encontros com parlamentares no sentido de defender pautas de grande interesse da classe. O registro desta atuação política é importante visto que se cuida de gestões extremamente complexas mas, na maior parte das vezes, silenciosas.

Outro ponto destacado foi o crescimento do Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos. Criado em 2012, em homenagem à magistrada assassinada em Niterói, o Prêmio se consolidou e alcançou grande importância nacional.

Fotos de divulgação

Apoio a projetos de magistrados e do TJ-RJ: Entidade participou da realização dos casamentos coletivos

Atuação nacional: Associação esteve presente nos principais eventos do Judiciário

Reuniões: Entidade atuou pela valorização da classe no Executivo e no Legislativo

— Nós elevamos o Prêmio Patrícia Acioli para um outro patamar, com recordes de inscrições, de trabalhos das cinco regiões do Brasil. Também levamos as cerimônias de premiação para o Theatro Municipal, trazendo toda a sociedade — lembrou Rossidélio Lopes.

Mesma opinião da juíza Cláudia Motta:

— O Prêmio Patrícia Acioli ganhou outra projeção. O que se propõe com a premiação é fazer uma homenagem a uma colega que tem uma importância muito grande, transformando isso em algo positivo no âmbito dos direitos humanos. O Prêmio Patrícia Acioli teve realmente um salto qualitativo inegável.

Logo no início da gestão, a diretoria definiu novas diretrizes para o setor de comunicação, com a reformulação das publicações institucionais. Os magistrados também apontaram como ponto positivo a mudança. Segundo o presidente Rossidélio, os associados passaram a acessar mais o portal da Amaerj, com um aumento significativo da audiência diária das notícias. A juíza Cláudia Motta destacou a melhora da revista FÓRUM Amaerj:

A revista da Amaerj deu um grande salto qualitativo. Atualmente ela está inegavelmente muito melhor. Não é mais uma publicação de promoção pessoal. O conteúdo está mais voltado para os interesses da categoria.

Para Rossidélio Lopes, a Amaerj definitivamente avançou nos pleitos institucionais, na democratização interna, no Fundo de Reserva, na defesa do ATS e na movimentação da carreira:

— Nós temos hoje uma excelente relação com a AMB, com os deputados federais e estaduais do nosso estado. Essa abertura de diálogo deve continuar. A magistratura não pode se fechar em casulos, a magistratura deve estar aberta nessa relação democrática com os demais poderes. Nós conseguimos avançar com relação a discussão interna das eleições diretas. É um processo institucional que gera certo desgaste, mas que é necessário à carreira. Também aprofundamos e acionamos a AMB na questão dos 75 anos (PEC da Bengala), não por discordar da matéria, mas por entender que a maioria da magistratura resolveu dessa forma.

Como integrante das diretorias da AMB e da Amaerj, o juiz Paulo Feijó também ressaltou as conquistas institucionais:

— Nestes dois anos, de árduo trabalho para restabelecimento da força política da AMB no cenário nacional, em especial junto aos Tribunais Superiores e ao Parlamento, em diversos momentos a atuação de Amaerj, em conjunto com a AMB, foi de fundamental importância para nossa associação nacional, e toda Magistratura, sendo certo que algumas vitórias conquistadas passaram pela intervenção direta da Amaerj.

A atual gestão encerra seu trabalho no fim de janeiro. Desejo que a próxima administração mantenha a casa dos juízes aberta a todos como foi na atual gestão — diz Cláudia Motta.

A seguir, FÓRUM Amaerj apresenta uma lista das principais ações realizadas no período. •

▶▶▶

Principais ações da Amaerj - Gestão 2014/2015

• ELEIÇÕES DIRETAS

O processo de eleições diretas foi defendido como a matéria mais relevante da magistratura. Logo no início da gestão, a Amaerj fez um ato histórico, em março de 2014, no TJ-RJ, pedindo eleições diretas no tribunal. Na ocasião, desembargadores e juízes apresentaram requerimento pela democratização do Judiciário. Também participaram do ato representantes das Associações dos Magistrados Brasileiros (AMB), Federais (Ajuferjes) e do Trabalho (Amatra-1). A então presidente do Tribunal, desembargadora Leila Mariano, recebeu o pleito da classe e o encaminhou à Colen. Em maio, a Amaerj encaminhou todas as propostas dos juízes do estado relativas a matéria eleitoral para a Comissão de Regimento Interno, que realizou uma audiência pública para acolher as emendas dos magistrados. Em agosto, o Tribunal Pleno do TJ-RJ apreciou o requerimento da Associação e, por apenas um voto, não instituiu eleições diretas. Em artigos, entrevistas e encontros, a entidade continuou defendendo publicamente a importância da democracia no Judiciário. Em 2015, a Amaerj apoiou os magistrados do Rio de Janeiro que, unidos, entregaram um requerimento com 581 assinaturas pleiteando a alteração do Regimento Interno do Tribunal para que todos os juízes do estado possam votar. Em seguida, a Associação sediou a audiência pública da Comissão de Regimento Interno do TJ-RJ sobre o novo requerimento a ser apresentado ao Tribunal Pleno. Em Brasília, a Amaerj atuou junto à AMB no Congresso pela aprovação da PEC 187. Em maio deste ano, os magistrados reuniram-se com o presidente da Câmara para agilizar a tramitação da proposta. Em agosto, a Associação participou da audiência pública na Comissão Especial. Logo depois, a CCJ do Senado e a Comissão Especial da Câmara aprovaram as propostas, que aguardam votação nos plenários.

• ATS

Desde o início da gestão, a Amaerj defende o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), também conhecido por Valorização por Tempo na Magistratura e Ministério Público (VTM), pela fundamental valorização da classe. Em Brasília, a Associação acompanhou a votação na CCJ do Senado, em maio de 2014, que culminou na aprovação da PEC 63. Ao lado de AMB, Amatra-1, Ajuferjes e Amperj, a Amaerj realizou uma forte mobilização com os senadores do Rio de Janeiro pela aprovação da proposta. Nos encontros com os parlamentares, Francisco Dornelles (PP), Marcelo Crivella (PRP) e Lindbergh Farias (PT) apoiaram o pleito. Em julho, a Associação participou de mobilização nacional, que resultou numa reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir celeridade na tramitação da PEC. O presidente Rossidélio Lopes também defendeu o ATS em artigo publicado no jornal "O Globo". Neste ano, a Associação voltou ao Senado para mostrar aos novos parlamentares a importância da proposta. A Amaerj continua atuando pela aprovação da PEC, que aguarda inclusão na Ordem do Dia para ser votada.

• FUNDO DE RESERVA

Em maio de 2014, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou o projeto de Lei 2.889/14, reconhecendo o direito de os magistrados do Rio de Janeiro serem restituídos das contribuições que fizeram para o antigo Fundo de Reserva Especial. Em seguida, a Amaerj defendeu que os aposentados recebessem as parcelas maiores, uma vez que não receberam o auxílio-moradia. O Tribunal atendeu ao pedido da Associação e publicou a resolução CM nº 11/2014, autorizando o pagamento, em caráter indenizatório, com parcelas maiores aos aposentados, acrescidos dos juros legais, observando desconto ou abatimento e correção monetária. Desde então, a Associação promoveu assembleias com os magistrados beneficiados pela medida e realizou reuniões com o TJ-RJ e Proderj para tirar dúvidas e agilizar o trâmite de restituição. A Amaerj ofereceu suporte aos magistrados em todas as fases do procedimento. Em outubro deste ano, o TJ-RJ anunciou o pagamento indenizatório com expurgos inflacionários.

• RECONSTRUÇÃO FINANCEIRA

A Diretoria acredita que a questão financeira é de extrema importância para a valorização e estímulo da carreira. Além da luta pelo ATS e pela restituição do Fundo de Reserva, a Amaerj também ajuizou ação pelo fim da incidência do imposto de renda sobre o terço constitucional de férias e das férias não gozadas, e também pela restituição das parcelas pagas nos últimos cinco anos. Em 2015, após requerimentos da Associação, também foram aprovados pelo Tribunal e pela Alerj os auxílios transporte e educação.

• DEFESA DOS MAGISTRADOS

A Amaerj divulgou, em 2014, notas públicas em defesa dos associados Flávio Itabaiana e Siro Darlan. Primeiramente, a Associação repudiou, junto ao TJ-RJ, a atitude de alguns parlamentares que apresentaram uma representação ao CNJ contra o juiz Flávio Itabaiana, em razão de decisão corriqueira na sua função jurisdicional. A Amaerj também disponibilizou assessoria jurídica para o magistrado, na defesa junto ao CNJ, e em outras medidas judiciais cabíveis. Depois, a Associação lamentou e repudiou os insultos ao desembargador Siro Darlan, proferidos por uma testemunha de acusação no caso de manifestantes presos no Rio. Em 2015, a Amaerj divulgou uma nota pública de repúdio ao ato de violência contra a juíza Daniela Barbosa Assumpção, da Vara de Execuções Penais (VEP). O texto de defesa à magistrada teve grande repercussão na imprensa nacional. A entidade ainda realizou desagravos e disponibilizou assessoria jurídica e de imprensa para os associados. A Amaerj também acompanhou os julgamentos dos responsáveis pelo assassinato da juíza Patrícia Acioli. Todos condenados. Em seguida, a Associação repudiou publicamente o fato de nenhum dos policiais militares julgados no caso de assassinato da juíza Patrícia Acioli ter sido expulso da corporação, embora a sentença já tivesse transitado em julgado. Nenhum associado que tenha procurado a Amaerj ficou sem defesa.

• UNIÃO ASSOCIATIVA

Além da parceria com a AMB, a Amaerj atuou em diversos pleitos e mobilizações junto às associações do Poder Judiciário fluminense. As Associações dos Magistrados Federais (Ajuferjes), do Trabalho (Amatra-1) e do Ministério Público (Amperj) trabalharam em conjunto com a Amaerj em momentos importantes. Em julho de 2015, as entidades lançaram um pacto por uma atuação conjunta pela valorização das carreiras da magistratura e do Ministério Público. A Frentas-Rio atuou pela paridade aos aposentados, pelo ATS, pela revisão anual dos subsídios e pelas eleições diretas.

• ATUAÇÃO NACIONAL

A Diretoria da Amaerj participou ativamente das reuniões do Conselho de Representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros, em Brasília. Durante os encontros foram debatidos e deliberados os principais temas da magistratura atual. A Associação também atuou no Congresso Nacional pela aprovação das PECs das Eleições Diretas e do ATS. Em 2014, o presidente da Amaerj participou da primeira audiência pública da história do Conselho Nacional de Justiça, que debateu as mudanças necessárias para a melhoria da primeira instância da Justiça. O juiz Rossidélio Lopes defendeu que é necessário rever os orçamentos dos tribunais estaduais para privilegiar a atividade fim, que é a prestação jurisdicional. Neste ano, a Amaerj também defendeu, junto à AMB, a inconstitucionalidade da "PEC da Bengala".

• REUNIÕES

Durante toda a gestão, o presidente da Amaerj reuniu-se com a Presidência do Tribunal em prol de melhorias para a classe. A Associação também realizou reuniões abertas de diretoria e participou dos primeiros encontros da nova administração com os juízes. A entidade ainda esteve nas reuniões com os presidentes da AMB, do TJ-RJ, da Amagis e da ENM que abordaram o momento da magistratura nacional. Em 2015, a Amaerj também se reuniu com governador Luiz Fernando Pezão e com o prefeito Eduardo Paes, em busca de parcerias em projetos da Associação e dos juízes do Rio.

• APOIO A PROJETOS SOCIAIS DE MAGISTRADOS E DO TJ-RJ

Ilustrações de Marcelo

Foi feito o acompanhamento e a busca de apoio para projetos sociais idealizados por magistrados de todo o estado, e pelo Departamento de Promoção da Sustentabilidade (Deape) do TJ-RJ. Além do apoio institucional, também foi intensificada a divulgação dessas iniciativas nos diversos meios de comunicação da Amaerj. Desta forma, a Associação ampliou o investimento e o conhecimento acerca desses projetos. Além de obter o apoio na realização da logística dos casamentos comunitários, também conseguiu parceria para o projeto Resgate da Cidadania, iniciativa idealizada pela juíza Raquel Chrispino. A Amaerj também pediu para os municípios implantarem o projeto Toda Criança Tem Direito à Filiação, da juíza Mafalda Lucchese, que virou lei estadual. A Associação ainda promoveu caminhadas de divulgação do Justiça pela Paz em Casa e apoiou a realização dos projetos Dia do Sim, O Amor é Legal e Viva São João.

• REGIONAIS

Com o intuito de agir em consonância com a vontade da classe, a Diretoria participou de encontros com os magistrados do interior. Ao longo de 2015, as seis Seções Regionais da Amaerj defenderam as prerrogativas dos associados, realizaram seminários e confraternizações com os juízes da região.

▶▶▶

• MAGISTRADOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

A Diretoria da Amaerj participou de encontros com os aposentados e pensionistas para ouvir as demandas de todos. A Associação evidenciou a insatisfação dos aposentados quanto à diferença no repasse de benefícios para magistrados ativos e inativos. Na restituição do Fundo de Reserva, a Amaerj defendeu que os aposentados recebessem as parcelas maiores, uma vez que não receberam o auxílio-moradia. A entidade também restituiu o canal de apoio da instituição fluminense às pensionistas, que realizaram reuniões frequentes na Sede Central. O presidente Rossidélio ainda disponibilizou toda ajuda necessária no diálogo com o Tribunal de Justiça do Rio sobre os pleitos da classe.

• DIREITOS HUMANOS

A Amaerj realizou mais duas edições do Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos. A Associação conseguiu a parceria e o patrocínio de grandes empresas para o crescimento da premiação. Inicialmente, foi criada uma nova logomarca. Ademais, a entidade instituiu um troféu estilizado, apresentando a imagem da magistrada. Também foram confeccionadas camisas do prêmio para fins de divulgação, na campanha Direitos Humanos: Vista Essa Camisa. As cerimônias de premiação passaram a ser realizadas no Theatro Municipal, com direção da atriz Carla Camurati. Cada evento contou com a presença de 2 mil pessoas, entre representantes do Judiciário, do Executivo, do Legislativo, da sociedade civil, de movimentos sociais e estudantes. Neste ano, a Amaerj e o TJ-RJ também promoveram o projeto Conte Algo que Não Sei, com o tema "Direitos humanos: Para quê? Para quem?".

• COMUNICAÇÃO

Foram definidas novas diretrizes para as publicações institucionais da Associação. Reformulada, a revista FÓRUM Amaerj apresentou as seguintes reportagens de capa: "No topo do ranking — Magistrados do Rio são campeões de produtividade", "O poder feminino — No Tribunal e em ações sociais, magistradas ampliam o alcance da Justiça", "As odiosas faces do preconceito: O papel dos magistrados na luta contra a intolerância" e "Pacto pela valorização profissional: A luta conjunta das associações do Rio em defesa da carreira". Diversos magistrados puderam expor suas opiniões e pontos de vista, livremente, nas páginas da publicação. A seção Em Debate abordou os temas unificação de entrâncias, home office, maioridade penal e audiências de custódia. Os boletins eletrônicos diários e os informativos mensais se consolidaram como os principais veículos de notícias sobre a magistratura fluminense. O site bateu recordes históricos de audiência, com mais de 20 mil visitantes por mês. As publicações divulgaram o trabalho e as ações sociais dos juízes do Rio de Janeiro, além de palestras e eventos realizados por magistrados. Nas redes sociais, as páginas do Prêmio Juíza Patrícia Acioli e do Juristur são seguidas por mais de 7 mil pessoas. Externamente, o presidente da Amaerj escreveu artigos sobre as eleições diretas, o Adicional por Tempo de Serviço e os direitos humanos, publicados originalmente no jornal "O Globo" e republicados em dezenas de periódicos pelo país. A Associação também defendeu a classe em entrevistas concedidas às principais emissoras de televisão e rádio, além dos jornais e portais.

• EVENTOS

Além das cerimônias do Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos, a Associação promoveu mais dois grandes eventos: Seminário Nacional Criança Sujeito de Direitos — Um ano da Lei 13.010/2014 — Menino Bernardo e Seminário Discriminação Zero. Sediados no plenário do Tribunal Pleno, os seminários foram realizados em parceria com o TJ-RJ, a Organização das Nações Unidas (ONU), o governo federal e a Fundação Xuxa Meneghel.

• ENQUETES

Foram realizadas 30 enquetes no site da Amaerj com o objetivo de nortear as ações da Diretoria em determinados temas. Uma das enquetes mais votadas no período foi "Você acredita que está na hora do plantão judiciário ser realizado com dois juízes por causa do volume de ocorrências?". A participação maciça dos associados, a maioria respondendo "sim", foi importante para a Associação apresentar um requerimento junto ao TJ-RJ sobre o assunto.

• JURISTUR

Em maio de 2014, a Amaerj lançou a coletânea Juventude e Judiciário Juntos, Rumo a um Futuro Justo. A publicação representou uma grande conquista para a entidade ao reunir os melhores trabalhos de alunos que participaram do projeto Juristur — Conhecendo o Judiciário. O programa, idealizado pela Associação, tem como objetivo criar canais de comunicação com as escolas e a sociedade em geral, aproximando-os do Poder Judiciário. Ao longo do biênio participaram do projeto 375 estudantes de universidades, 336 alunos de escolas municipais, além de 113 membros de grupos sociais e escolas particulares. São parceiros da iniciativa o TJ-RJ, a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, a Fetranspor e a Rio Ônibus.

• PARCERIAS

A Diretoria ampliou a rede de parceiros da Amaerj, aumentando os benefícios aos associados. No período, os magistrados passaram a contar com atendimento exclusivo da Cooperativa de Crédito dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Magicred) na sede administrativa da Associação, e a usufruir de preços e acomodações especiais no programa da Colônia de Férias dos municípios de São Paulo (Guarujá, Campos do Jorão e Ibirá), através da parceria com a Associação Paulista de Magistrados. Os associados puderam contar com a agência de turismo TM Travel, com pacotes especiais para magistrados. Também houve a renovação da parceria com o Theatro Municipal do Rio em 2014, para a realização de sorteios de ingressos. A Associação ainda fechou parcerias para a realização de eventos, como o Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos, atraindo mais investimentos e fortalecendo ainda mais a marca do projeto com o apoio de Bradesco, Vale, Rio Ônibus, Fetranspor, Masan, Fundação Xuxa Meneghel, Rio Solidário e Record.

• LANÇAMENTO DE LIVROS

No biênio, a Amaerj sediou o lançamento dos livros produzidos pelos juízes Antonio Aurélio Abi Ramia, Bruno Bodart, Andréa Pachá, José Eustáquio Cardoso e Lia Pantoja. A Associação reforçou o intuito de ser a casa do magistrado, onde os eventos promoveram a congregação da classe e de familiares e amigos dos autores.

• HOMENAGENS

A Amaerj promoveu homenagens póstumas às juízas Eduarda Campos e Cristiane Buosi, através da realização de missas na Igreja São José, localizada no Centro do Rio. As colegas faleceram, respectivamente, em fevereiro de 2014 e agosto de 2012. Durante o biênio, a Associação também condecorou os magistrados que se aposentaram no período, com a Medalha Amaerj, e os novos juízes, com o pin da entidade. A Associação ainda prestou homenagem ao Cardeal Dom Orani Tempesta, arcebispo do Rio, pela parceria com a magistratura fluminense. Após pedido da Amaerj, a prefeitura de Niterói inaugurou, em agosto de 2015, um memorial em homenagem à juíza Patrícia Acioli, na Praia de Icaraí. Presidente da Associação, o juiz Rossidélio Lopes também foi laureado com a Medalha Tiradentes na Assembleia Legislativa do Rio.

• SOCIAL

Foi dada continuidade à realização das Festas dos Aniversariantes do Trimestre. Os eventos foram realizados na Sede Central e, como de costume, homenagearam aniversariantes e magistrados que se aposentaram no período. Também foram promovidas as tradicionais Festas de Final de Ano, ambas no Copacabana Palace. As confraternizações da magistratura fluminense destacaram-se pelo menu requintado, sofisticação na decoração e boa música.

• SEDES RECREATIVAS

Com o objetivo de oferecer mais conforto para os associados, a Amaerj promoveu diversas melhorias nas sedes, como revitalização da quadra poliesportiva, colocação de televisores em todos os quartos, wi-fi, frigobar, colocação de novos pisos, redes de descanso, troca das saunas e modernização dos banheiros. Ao longo do biênio, as duas sedes recreativas da Amaerj promoveram diversos eventos que reuniram os magistrados e seus familiares em ambiente tranquilo e alegre. Tanto a Sede Praiana, em São Pedro da Aldeia, como a Sede Campestre, em Vargem Grande, ofereceram pacotes de hospedagem — com festas, torneios esportivos e atividades recreativas — nas datas comemorativas e feriados. Além dos pacotes para as festividades, ambas as sedes organizaram eventos para que os associados também desfrutassem de cada estação do ano em grande estilo, como o Festival de Queijos & Vinhos, durante o inverno. A Campestre ainda sediou as reuniões preparatórias do Congresso Mundial de Direito Ambiental.

• ESPORTE

Ilustrações de Marcelo

A equipe de futebol da Amaerj participou, em Uberlândia, do Campeonato de Magistrados do Sudeste. Os juízes do Rio conquistaram o título na categoria Livre e sagraram-se vice-campeões na categoria Master. Todos os troféus receberam o nome do juiz do TJ-RJ Carlos Alfredo Flores da Cunha. A Associação também sagrou-se campeã do XXI Campeonato Nacional de Futebol da AMB, Categoria Master, em Maceió. Nos VII Jogos Nacionais da Magistratura, os magistrados conquistaram 35 medalhas nos esportes natação, corrida rústica, tiro esportivo, futevôlei, futsal e atletismo. Também foram realizadas duas edições do Amaerj Tennis Open, na Sede Campestre.

• REQUERIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Nos últimos dois anos, foram protocolados mais de 20 requerimentos junto ao Tribunal. Saiba o teor de cada um deles. •

▶▶▶

Balanço das ações da Amaerj - Gestão 2014/2015

A edição especial da FÓRUM Amaerj sobre o balanço da gestão do biênio 2014-2015 também inclui a prestação de contas de todos os requerimentos protocolados no período. Com teores diversos, confira os pleitos formulados pela Associação e encaminhados à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) em defesa dos magistrados.

2014

• ELEIÇÕES DIRETAS

Em 31 de março de 2014, os juízes estaduais, federais e do trabalho do Rio de Janeiro pediram eleições diretas no TJ-RJ através da alteração do regimento interno. Na ocasião, o presidente da Amaerj entregou o pedido pela democratização no Judiciário pessoalmente a então presidente Leila Mariano.

• RECEBIMENTO DE GRATIFICAÇÃO (2014-217357)

A Associação pleiteou o recebimento integral por parte dos magistrados da gratificação de diárias em atraso, correspondente aos dias úteis trabalhados.

• RELAÇÃO DE VARAS EM VACÂNCIA (Nº 2014-0169074)

A Amaerj solicitou que a relação de Varas em vacância no TJ-RJ fosse disponibilizada no Portal dos Magistrados. A Associação frisou a importância de que os magistrados estejam cientes da disponibilidade de Varas no Judiciário fluminense para remoção e promoção.

• PAGAMENTO DE VALORES ATRASADOS (Nº 2014-0151854)

Foi pleiteado o pagamento dos valores atrasados na mudança do cálculo de absorção do artigo 95, III, da Constituição Federal. A Associação requer retroatividade ao mês de setembro de 2009, referente a parcela recebida a título de direito adquirido, e que por justa decisão administrativa da Presidência foi restaurada, a contar de janeiro de 2014.

• LISTA DE ANTIGUIDADE (Nº 2014-0151855)

A Amaerj apresentou reclamação à lista de antiguidade de magistrados, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do dia 29 de agosto, nas páginas 17/29. A Associação requer as devidas retificações na lista por violação aos artigos 21 da Lei de Fatos Funcionais e 178 do Codjerj. As razões que levaram a Amaerj a impugnar a lista de antiguidade referem-se à regra clara de que sendo idênticas a data de posse e de nomeação, o critério norteador da fixação da antiguidade na nova entrância do magistrado será a sua colocação na entrância anterior. Desta forma, a Associação requer que este critério, que sempre foi usado para fixação da antiguidade, seja cumprido no lugar da nova regra estabelecida em 2009, não prevista em lei e tampouco dotada de justiça, além de significar atraso de alguns anos para o magistrado prejudicado alçar cargos mais elevados na carreira.

• AUXÍLIO-TRANSPORTE (Nº 2014-0126260)

Em face da Resolução nº 133, de 2011, do CNJ, que reconhece a necessidade de comunicação das vantagens funcionais entre o Ministério Público Federal e a Magistratura Nacional, a Amaerj, considerando a simetria constitucional existente entre os dois órgãos, nos termos do art. 129, §4º, da Constituição Federal, e a autoaplicabilidade do preceito, requereu a concessão do auxílio-transporte aos magistrados do Estado do Rio de Janeiro, vantagem esta já concedida aos membros do Ministério Público de acordo com a Resolução GPGJ nº 1.886.

• VITALICIANDOS (Nº 2014-0128107)

A Amaerj apresentou requerimento em favor dos colegas vitaliciandos, solicitando à administração do TJ-RJ, que a coordenação de apoio aos juízes recém-ingressados, pelo prazo de quatro meses após a aprovação, realize a função de facilitar a execução de tarefas iniciais de regularização na carreira da magistratura, assim como, abertura de conta salário na agência bancária, providenciar número de matrícula, termo de posse e exercício, criar o email funcional, agilizar a adesão à Mútua dos Magistrados, facilitar o acesso ao sistema do TJ, fazer a entrega de notebooks e aparelhos da Nextel, gerar acesso ao sistema DCP, além de outras questões que se fizerem necessárias.

• NATUREZA JURÍDICA DO FUNDO DE RESERVA (Nº 2014-0116603)

A Associação pleiteou esclarecimentos da natureza Jurídica do Fundo de Reserva, tendo em vista que o instituto não tem natureza previdenciária, como vem sendo entendido por alguns setores da administração dos Tribunais. Trata-se de devolução de quantia, encampado indevidamente pelo Estado, portanto de natureza indenizatória. Desta forma, faz-se necessário buscar a natureza jurídica de tal instituto na intenção de alcançar melhor entendimento de sua aplicação e objetivos inerentes a sua criação.

• PARIDADE COM MINISTÉRIO PÚBLICO (Nº 2014-0153791)
A Resolução do TJ-RJ sobre o Auxílio creche define que caso o magistrado tivesse cônjuge ou companheiro que recebesse benefício análogo de outra instituição seria devida somente a diferença entre o recebido pelo cônjuge ou companheiro ao magistrado. De acordo com a Resolução do GPGJ nº 1.828 § 2º, a soma dos reembolsos devidos não pode superar o total das despesas realizadas com o pagamento da mensalidade de creche ou pré-escola. Neste contexto, a situação no Ministério Público vem disciplinada considerando o valor total do benefício de cada membro da referida instituição, bem como o efetivamente despendido no pagamento da creche ou pré-escola. Fato este gera dicotomia que deve ser revista para a garantia da isonomia.

• AUXÍLIO CRECHE (Nº 2014-0094254)
A Associação pleiteou a concessão do auxílio pré-escolar, conhecido como auxílio creche — aprovado pelo Conselho da Magistratura em maio — fosse retroativa a setembro de 2009, data da publicação da Lei dos Fatos Funcionais da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

• AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO (Nº 2014-0094256)
A Amaerj requereu a majoração do auxílio alimentação, que desde maio de 2012 era de 825 reais - de acordo com a Lei Estadual nº 5535/2009 art. 35, inciso III e Resolução nº 01 de 2010.

• PLANTÕES JUDICIÁRIOS (Nº 2014-0094257)
A Instituição solicitou que o plantão diurno seja composto por dois magistrados, na Capital e em Niterói, assim como o aumento cartorário de servidores e oficiais de Justiça.

2015

• AUXÍLIO MORADIA SEM LIMITAÇÃO (Nº 2015-0010128)
A Amaerj pleiteou o pagamento do auxílio moradia sem limitação aos juízes recém-empossados no 46º Concurso da Magistratura. De acordo com o requerimento, não se justifica qualquer mitigação ao direito do auxílio, o que contraria o princípio constitucional da isonomia.

• DEVOLUÇÃO DO IR (Nº 2015-0050428)
Foi requerida a devolução da contribuição do Imposto de Renda dos magistrados que tiveram reconhecido o direito de isenção administrativamente em decorrência de enfermidade.

• 3º SECRETÁRIO (Nº 2015-0134746)
A Associação requereu a correção da desigualdade em relação aos terceiros secretários dos juízes das Turmas Recursais, solicitando que a gratificação CAI-3 fosse estendida ao 3º secretário dos juízes da Turma, como titulares de uma serventia de 1ª instância.

• SIMETRIA (Nº 2015-0012726)
Foi pleiteada pela Amaerj a simetria do juiz auxiliar do Tribunal do Júri em receber a diferença de entrância, bem como a percepção de gratificação de acumulação, quando o magistrado estiver em auxílio concomitante perante duas serventias.

• AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO (Nº 2015-0004021)
Foi requerido providências para que, através do princípio da simetria com o MP, fosse feita a averbação do tempo de serviço de estágio na OAB para fins de aposentadoria aos magistrados do Tribunal, assim como já averbam a Procuradoria e a Defensoria.

• ESTAGIÁRIO AO JUIZ REGIONAL (Nº 2015-0182151)
De acordo com o Aviso Normativo de 18 de julho, que dispõe acerca dos estagiários e seu vínculo com o juízo, foi solicitado que fosse aditado ao Aviso o vínculo do estagiário ao Juiz Regional, como praticado anterior a publicação.

• INFORMAÇÕES PARA FUNDO DE RESERVA (Nº 2015-0006898)
A Associação solicitou ao TJ-RJ que fosse pedido à DIMAG as informações dos magistrados para auxiliar nos cálculos do Fundo de Reserva.

• RETROATIVIDADE DO AUXÍLIO MORADIA (Nº 2015-0089473)
A Associação pleiteou à Presidência do TJ-RJ o pagamento dos valores atrasados do auxílio moradia. A Amaerj reapresentou o requerimento pelo reconhecimento do débito pretérito a partir de 1º de outubro de 2011 até janeiro de 2014.

• MUDANÇA NO PLANTÃO (Nº 2015-0005906)
O aumento das demandas dos plantões diurnos levou o Ministério Público e a Defensoria Pública a duplicarem o número de promotores e defensores. A Amaerj pleiteou a mudança no plantão diurno do Judiciário, visto a inviabilidade da magistratura continuar com apenas um juiz. •

Um espírito de paz em tempos difíceis

Diante de uma crise política do Estado, são os excluídos que pagam a conta

CARDEAL ORANI JOÃO TEMPESTA • Arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro

O Papa Francisco promulgou o Ano Santo da Misericórdia. A razão é que na sociedade de consumo vivemos contaminados por muitas formas de ódio, preconceitos, racismos, rejeições, formas de violência e exclusão. As atitudes de fé e de amor fazem a diferença em situações complexas onde a vida é ameaçada e negada de forma acintosa. Há muita dor nos corações de pessoas, famílias e povos inteiros. Somente no amor misericordioso de Deus conseguimos reencontrar o sentido da vida! Mesmo que tentemos perdoar e esquecer, as nossas paixões desordenadas incitam-nos a usar as armas do inimigo. Essa fragilidade humana projeta-se entre povos que se dividem e se separam, armando-se uns contra os outros. Jesus veio trazer a união entre os filhos e as filhas de Deus, dispersos e divididos entre si. Jesus ilumina todo ser humano que vem a este mundo, arrancando-o do poder das trevas, reconduzindo-nos no caminho da luz do Pai. Não se restaura a verdade utilizando as mesmas armas do inimigo. Deus tem saídas inesperadas para restaurar a verdade que se manifestará, por mais que demore.

A misericórdia é iniciativa do Pai, que nos faz aprender as lições de purificação interior, de evolução do ódio e ressentimento para o perdão, do egoísmo e do fechamento em si para o amor serviçal aos semelhantes. Nas formas de serviço fraterno e solidário, o Pai manifesta-nos o amor misericordioso. Em cada situação, em cada momento, haverá sempre alguém mais necessitado do que nós mesmos. Há sempre um modo de acolher, de oferecer guarida, de ajudar as pessoas a reencontrar o sentido da vida. As obras de misericórdia corporais e espirituais integram-se. A caridade perdoa uma multidão de pecados e nos corrige dos nossos erros e equívocos.

Acolha a quem de você necessitar, vista quem está nu, também de valores éticos e morais. Console quem anda triste e socorra quem está preso, ainda que seja de suas próprias prisões. Suporte com paciência os defeitos dos outros. A experiência humanitária e cristã conta com a força e a coragem divinas, sem as quais não conseguimos fazer nada disso. Interprete a prática das obras de misericórdia em cada situação e circunstância. Há sempre como estar perto e ajudar quem sofre na solidão, se renunciarmos ao nosso egoísmo.

Jesus afirma que "é rei, porém o seu reino não é deste mundo". Ele veio para dar testemunho da verdade. Quem é da verdade escuta a sua voz. "Jesus é o caminho, a verdade e a vida" (Jo. 18, 33; 14, 5). Jesus jamais aceitou disputar um poder político, buscando interesses pessoais. Jesus não pregou política partidária nem desejou o poder. Jesus promoveu os sinais de conversão e deu exemplos de compromisso com o amor serviçal aos semelhantes. Jesus jamais se serviria da fé para se exibir, com a intenção de auferir lucros. Não obstante a pureza clarividente de suas intenções, os chefes religiosos e políticos enquadraram-no nos labirintos da lei, decretando sua morte de cruz. Foi tido como celerado partidário e sectário dissidente das antigas tradições. Tão velho quanto o mundo, o esquema da corrupção funciona com dois pesos e duas medidas. Aos inimigos, a lei instruída por juízes aparelhados, forrados de grana alta.

No Credo do Povo de Deus, o Papa Paulo VI afirma que a Igreja não identifica nem confunde o reino de Cristo com um regime político ou algum projeto partidário. "Nós, cristãos, professamos que o Reino de

Deus, iniciado na Igreja de Cristo, aqui na Terra, não é deste mundo, cuja figura passa. O seu crescimento próprio não pode se confundir com o progresso da civilização, mas consiste em conhecer cada vez mais profundamente as insondáveis riquezas de Cristo, em esperar mais corajosamente os bens eternos, em responder cada vez mais ardentemente ao amor de Deus e em difundir cada vez mais amplamente a graça e a santidade entre os homens. É esse mesmo amor que leva a Igreja a se preocupar constantemente com o bem temporal dos homens, com as suas necessidades, com as suas alegrias e esperanças, com os seus sofrimentos e seus esforços". Com efeito, o reino de Deus não se reduz a projetos sócio-políticos legítimos e necessários para a organização social em contínua construção. Por isso, diante de uma crise política em que o nosso Estado vive, são os excluídos que pagam a conta.

Os tempos são difíceis no Brasil em vários aspectos (refiro-me a "tempos" porque nossos problemas nacionais emendam décadas); existe a crônica e sistêmica dificuldade da corrupção política derivada de uma outra desvirtuação moral, que também emana de mais uma adulteração imaterial sim, e, nesta última, a constatação de que a alma do "povo brasileiro" está doente! Ficamos enfermos, pois bebemos dos cálices das mentiras variadas e nos alimentaram dos banquetes de enganos e trapaças; nosso espírito geme no que parece um beco escuro e sem saída, e nossa vida se esvai em meio a tanta desgraça social.

A última esperança é a "igreja de Jesus", pois, para esta, as portas do inferno não prevalecerão; para ela a mentira não triunfa e o pecado em qualquer estágio e no meio não é tolerado. Estamos numa "crise de verdade" e num cenário de inverdades, onde se mente em diversos setores da sociedade. É uma crise moral onde a retidão se extingue frente a intentos de ganância e do poder onde tudo vale e se justifica. É uma crise de valores, onde o relativo não permite convergirmos em quase nenhum acordo — todo mundo tem a sua verdade e sua isolada posição — e numa sociedade em que ninguém se entende a própria se destrói. Peçamos a Deus Pai que crie em nós um espírito de Paz nesses momentos de crise. •

Encerramento contou com a apresentação de Mart'nália

Cardeal Dom Orani Tempesta homenageou o movimento Candelária Nunca Mais

Diretor do Bradesco realiza entrega do 3º lugar de Trabalhos Acadêmicos

Celebração dos Direitos Humanos

Em um momento em que o mundo pede paz, Prêmio Juíza Patrícia Acioli reúne mais de 2 mil pessoas no Theatro Municipal pela dignidade humana

Uma noite de pura emoção. Assim pode ser resumida a cerimônia de entrega do 4º Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos, promovida pela Amaerj na noite de 16 de novembro, dias após as tragédias de Mariana (MG) e Paris (França). Durante a solenidade, foi respeitado um minuto de silêncio em memória das vítimas. O evento marcou a entrega dos prêmios aos vencedores das categorias Trabalhos Acadêmicos, Práticas Humanísticas e Reportagens Jornalísticas. O Theatro Municipal do Rio de Janeiro foi o palco da solenidade, que reuniu mais de 2 mil pessoas entre ministros, magistrados, parlamentares, empresários, jornalistas, professores, artistas, estudantes e movimentos sociais.

Pela primeira vez o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, participou da premiação.

— Vejo neste prêmio uma justa homenagem a uma juíza que dedicou a vida não só ao Direito, mas à Justiça, e se caracterizou por uma coragem extraordinária. Acho que o Prêmio é um exemplo para toda a magistratura, para que se inspire na juíza Patrícia Acioli e siga esse exemplo de coragem, abnegação e dignidade — destacou o ministro.

A festa dirigida por Carla Camurati — diretora cultural dos Jogos Olímpicos Rio 2016 — foi recheada de atrações que emocionaram a plateia, como a Escola de Dança Maria Olenewa, Circo Crescer e Viver, Coral da Fundação Xuxa Meneghel, Orquestra Maré do Amanhã, Banda Urca Bossa Jazz e o encerramento da cantora Mart'nália, que levantou o público ao interpretar três de seus maiores sucessos. Os apresentadores da cerimônia foram os atores Lucinha Lins e Jorge Pontual.

Representantes dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo prestigiaram o evento, entre os quais, além do citado ministro Ricardo Lewan-

Fotos Amaerj

Jornalista Marcela Freitas recebe troféu do presidente da Fetranspor

Ministro Ricardo Lewandowski premia a ONG Mundo Novo

Presidente da AMB premia jornalistas do Extra

Corregedora-geral da Justiça entrega troféu à jornalista Thais Lazzeri

dowski, o governador Luiz Fernando Pezão, o presidente do TJ-RJ, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, o arcebispo do Rio, Dom Orani Tempesta, entre outras autoridades.

— O prêmio é importantíssimo, porque homenageia uma pessoa que lutou muito pelos Direitos Humanos e enobrece e incentiva a luta de quem trabalha pela garantia desses direitos — destacou o governador Luiz Fernando Pezão.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, falou sobre a magistrada homenageada. "Patrícia era uma lutadora pelos Direitos Humanos e não vejo melhor forma de homenageá-la do que com a realização deste prêmio que incentiva a sociedade a pensar sobre tais pressupostos", destacou o presidente.

Para o presidente da AMB, juiz João Ricardo Costa, o Prêmio Juíza Patrícia Acioli é uma referência na magistratura brasileira.

— Ela tornou-se um ícone de Direitos Humanos, um ícone de luta contra o crime organizado. Essa premiação vem retribuir o que Patrícia foi em vida para toda a sociedade brasileira e, sobretudo, o que ela simboliza para os juízes brasileiros — afirmou o magistrado.

Para o vice-presidente de Direitos Humanos da AMB, Ricardo Barreto, os fatos recentes de terrorismo só reforçam a importância de valorizar as práticas humanísticas.

— Esse prêmio tem se firmado como um importante evento nacional, especialmente no momento em que a Humanidade vê um recrudescimento dos agravos aos Direitos Humanos. A Amaerj está de parabéns em fazer com que o prêmio prospere cada vez mais — disse.

A solenidade foi aberta com a palavra do presidente da Amaerj, juiz Rossidélio Lopes, que destacou que a premiação tem o intuito de promover um mergulho amplo no universo da cidadania, através do fortalecimento do diálogo entre o Judiciário e a sociedade.

▶▶▶

Vencedores

Reportagens Jornalísticas

1º lugar

"Minha Casa, Minha Sina" – Rafael Pinto e Luã Marinatto (Jornal Extra)

2º lugar

"Minha Cela, Minha vida" – Thais Lazzeri (Revista Época)

3º lugar

"Série abrigos" – Marcela Freitas (Jornal O São Gonçalo)

Menções Honrosas

Rafael Luiz Azevedo – Site Verminosos por Futebol (Ceguim, o técnico que tudo vê)

Vinícius Bezerra Brandão – Uniceub (Dança Inclusiva)

Trabalhos Acadêmicos

1º lugar

Caroliny B. A. Dellaparte – A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho mediante novos instrumentos: o teletrabalho e os avanços tecnológicos na comunicação e informação

2º lugar

Júlia Marta Pereira – A mediação de conflitos como mecanismo colaborador na construção da cidadania

3º lugar

Marta Raquel de Paula Santos – Por uma nova sociedade: A busca de novos cidadãos

Práticas Humanísticas

1º lugar

Práticas Humanísticas – Bianca Carvalho - ONG Mundo Novo de Cultura Viva

2º lugar

Quintal da Casa de Ana – Maria Bárbara de Toledo

3º lugar

Projeto ReConstruir – Cézar Belmino Barbosa Evangelista Júnior, Luciana Teixeira de Souza e André Montenegro

Menções Honrosas

Movimento de Mulheres de São Gonçalo

Instituto *Chefs* Especiais

Jantar comemorativo reuniu magistrados, ministros, governador e cardeal

Presidentes do STF e da Amaerj com a diretora Carla Camurati

Presidente do TJ-RJ, arcebispo do Rio de Janeiro e presidente da Amaerj

Evento foi realizado após o Prêmio, no Palácio Guanabara

Governador do Rio elogiou a iniciativa do Prêmio Patrícia Acioli

— Coragem e determinação foram marcas constantes do desempenho de Patrícia Acioli, defensora dos direitos humanos, que mereceu o reconhecimento, tanto de seus pares como de governantes, pelo seu trabalho na contenção da violência policial e na postura combativa diante da corrupção de agentes públicos — destacou o magistrado.

A diretora do Departamento de Direitos Humanos da Amaerj, juíza Denise Appolinária, deu continuidade ao evento e questionou:

— Direitos Humanos pra quê? Pra quem? Quem esqueceu também morreu junto com a Patrícia e continua morrendo todas as vezes em que há a violação dos Direitos Humanos.

A família da juíza Patrícia Acioli também esteve presente à cerimônia, que premiou com um total de R$ 90 mil os trabalhos que mais se destacaram em três categorias.

HOMENAGENS

Durante a cerimônia também foi realizada a entrega da premiação do Concurso Cultural de Monografias Jurídicas para Magistrados do Estado do Rio de Janeiro Desembargador Aloysio Maria Teixeira. O grande vencedor foi o juiz Alexandre Guimarães Gavião Pinto, com o trabalho "O Poder Judiciário como fiel da balança nos poderes da República e seu relevante papel protetor vigilante dos direitos fundamentais".

Num momento de grande emoção a Amaerj homenageou, com um troféu, o movimento Candelária Nunca Mais, como reconhecimento aos esforços do Movimento para que a tragédia ocorrida em 1993, quando vários jovens morreram fuzilados na porta da igreja enquanto dormiam, não seja esquecida e jamais se repita.

Fotos Amaerj

Juízes Rosana Navega, Rossidélio Lopes e Cláudia Motta

Presidentes do STF, do TJ-RJ e da Amaerj

Juízes Rossidélio Lopes e Paulo Roberto Corrêa

PRÊMIO

Criado em 2012, o Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos homenageia a magistrada da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, assassinada em Piratininga, Niterói, em agosto de 2011, por policiais militares. Enfatizando as causas humanistas, o Prêmio tem um caráter plural, é aberto a sociedade, estudantes e profissionais de todas as áreas. São parceiros do Prêmio o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Rede Record, Bradesco, Vale, Rio Ônibus, Fetranspor, Masan, Fundação Xuxa Meneghel e RioSolidário. •

Trabalhos vencedores

Práticas Humanísticas – ONG Mundo Novo de Cultura Viva

O grande vencedor da noite, Projeto Mundo Novo de Cultura Viva, nasceu em janeiro de 2003 a partir do sonho de uma adolescente, na época com 16 anos. Bianca Carvalho resolveu fundar a instituição para levar oportunidades para a Comunidade da Chatuba; em Mesquita, através de oficinas culturais. O projeto, que começou na casa de Bianca, pôde diagnosticar a carência da educação naquela comunidade e a necessidade de se criar projetos dirigidos à educação com acesso a atividades culturais. Em 2004, a instituição se tornou uma ONG; apenas em 2007 um terreno foi doado para a construção da sede, que começou a ser erguida em 2009. No espaço foi erguido um prédio de três andares, com salas adequadas, biblioteca, sala de informática, salas de aula, uma confecção e até mesmo um teatro.

O projeto Mundo Novo de Cultura Viva é aberto a crianças e adolescentes de todas as idades. Quem tem entre 2 e 6 anos pode frequentar as aulas de educação infantil, equivalentes às de uma escola convencional do município. Dos 4 aos 18, os jovens podem participar do programa Arte Com Visão, com aulas de leitura, balé, jazz, teatro, artesanato e corte e costura. Os adultos também têm espaço no projeto, que oferece aulas de alfabetização em parceria com o Senac.

Trabalhos Acadêmicos – Caroliny B. A. Dellaparte

"A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho mediante novos instrumentos: o teletrabalho e os avanços tecnológicos na comunicação e informação". O trabalho vencedor aborda a questão do teletrabalho como um possível instrumento da política de inclusão de pessoas deficientes no mercado de trabalho, considerando a legislação trabalhista, e faz uma comparação entre o teletrabalho e o trabalho em domicílio.

O trabalho acadêmico incluiu a realização de pesquisa aplicada e qualitativa, além de uma pesquisa documental e bibliográfica, e abordou os princípios referentes à política de inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, sendo esses os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não discriminação. O trabalho aborda também as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no dia a dia, as vantagens e desvantagens do teletrabalho, além de uma análise das vantagens sobre as dificuldades e as principais críticas.

Reportagem Jornalística – "Minha Casa, Minha Sina" (Jornal Extra)

Após três meses de apuração, os jornalistas Rafael Pinto Soares e Luã Marinatto publicaram em setembro de 2015, no Jornal Extra, uma série de seis reportagens denominada "Minha Casa, Minha Sina", sobre as irregularidades nos conjuntos residenciais do programa 'Minha Casa, Minha Vida' no Rio de Janeiro. Expulsões, interferência do tráfico no sorteio dos novos moradores, espancamentos e homicídios são alguns dos problemas relatados nos 64 condomínios construídos pelo programa do governo federal para a chamada "faixa 1" do financiamento – composta pelas famílias mais pobres.

Mais de 200 pessoas foram ouvidas para a matéria, entre moradores, síndicos, policiais civis e militares, promotores, funcionários públicos e terceirizados, pesquisadores e autoridades. Além disso, foram analisados documentos da Polícia Civil, do Ministério Público, da Secretaria Municipal de Habitação, do Disque-Denúncia, da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades, parte deles obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. •

QUATRO PERGUNTAS PARA DENISE APPOLINÁRIA

Prêmio Juíza Patrícia Acioli hoje tem repercussão nacional

Brunno Dantas

Juíza Denise Appolinária: prêmio consolidado

Pelo quarto ano consecutivo, a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro promoveu o Prêmio Juíza Patrícia Acioli. A juíza Denise Appolinária, uma das idealizadoras do prêmio, o considera um sucesso não apenas por reunir trabalhos de todo o país, mas principalmente por trazer à tona a discussão sobre um tema sempre atual: os Direitos Humanos.

Podemos dizer que o Prêmio Juíza Patrícia Acioli de Direitos Humanos se consolidou?

Acredito que sim, especialmente considerando o crescente número de inscrições e de representatividade, de diversas regiões do Brasil, diversos segmentos de atuação, seja no campo da academia, no campo das pessoas que atuam nas organizações de direitos humanos, com relação às instituições oficiais, escolas, organizações da área civil etc. Quando analisamos toda essa conjuntura a conclusão não pode ser outra: o prêmio hoje tem repercussão nacional.

Qual a importância do prêmio na discussão dos direitos humanos?

Acho que a grande contribuição que o prêmio deu foi aproximar a realidade da Justiça, dos juízes que trabalham com todas essas demandas de direitos humanos, que de uma forma ou de outra acabam por chegar a nós; e também mostrar como é a face humana do Judiciário no dia-a-dia do seu trabalho. A história da Patrícia Acioli mostra que a vida da sociedade caminha lado a lado com a vida da sua Justiça e de seus profissionais.

De que forma a sociedade pode contribuir com esses direitos?

Estou convencida – assim como Eleanor Roosevelt afirmou na época da publicação da Carta dos Direitos Humanos – que direitos humanos não são algo hipotético, não é algo que deva estar apenas nos programas de governo e de instituições. É sim para estar nesses programas, mas o Direito tem que se achar principalmente dentro de sua casa, na sua vizinhança, no seu bairro, nas suas relações de trabalho. Então, contribui muito quando se quer aumentar e valorizar a pauta dos direitos humanos que se faça essa transformação no âmbito da sua família, no âmbito dos seus vizinhos, no âmbito do seu ambiente de trabalho. Também gosto muito de uma frase de Leon Tolstoi, que diz: "Você quer ser universal? Trate de pintar o retrato da sua aldeia". Então, se a gente faz com que os direitos humanos existam na nossa casa, no nosso bairro, na nossa aldeia, eles serão universais.

Qual é o grande desafio de quem atua com os direitos humanos?

É cuidar para não ter um discurso maniqueísta, aquele que separa bons de um lado e maus de outro. Toda ocasião em que há violação de direitos humanos há sofrimento. Os profissionais e ativistas de direitos humanos têm que ter a sensibilidade de reconhecer esses sofrimentos onde quer que estejam, e lutar para que eles cessem.

Apoio jurídico a funcionários

Grupo Gas Natural lança a iniciativa pioneira com TJ, que estimula empregados a resolver pendências judiciais

KÁTIA JUNQUEIRA • Diretora Jurídica do Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil

Dada a diversidade de impactos das atividades empresariais sobre a sociedade, ademais das questões éticas que envolvem essa relação, muito se tem discutido sobre a responsabilidade social empresarial, que se desenvolveu a partir de 1950, nos Estados Unidos e Europa, significando, basicamente, uma compensação — e por que não dizer, uma obrigação moral das empresas — por tais impactos.

Entretanto, o princípio da responsabilidade social corporativa é, em tese, apenas um conceito que as pessoas jurídicas devem ter em mente em sua gestão, mas que deve sair do campo teórico para o prático, sob pena de se tornar um discurso meramente burocrático e midiático, que sirva apenas à estratégia concorrencial das empresas.

Nesse sentido, o Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil (composto por cinco empresas, sendo a principal delas a Cia. Distribuidora de Gás do RJ — CEG) vem se diferenciando e conseguindo transmutar do campo teórico para o concreto o conceito da prática corporativa socialmente responsável.

> A mediação como um meio eficaz de resolução de conflitos capaz de evitar a judicialização exacerbada

O destaque dessas ações é o projeto, inédito no Brasil e no mundo, proposto pelo Departamento Jurídico do Grupo no Brasil ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que resultou no recente convênio firmado entre a CEG e o Tribunal, principalmente graças à visão estratégica e de vanguarda dos desembargadores Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho e César Felipe Cury.

Por meio desse convênio, o corpo de funcionários da CEG — em torno de 480 pessoas — será incentivado a submeter à mediação suas questões particulares que, potencialmente, seriam judicializadas.

No projeto, denominado "Jurídico na Mediação", tanto o Jurídico do Grupo, como o Nupemec/RJ – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos — terão essencial papel, já que caberá aos advogados internos a avaliação e seleção das demandas apresentadas pelos funcionários que possam ser mediadas e o seu encaminhamento à mediação do Núcleo. Com isso, estaremos todos contribuindo, efetiva e concretamente, para mitigar o problema do excesso de judicialização no Brasil, que hodiernamente aflige a nossa sociedade.

Esse projeto, ademais de permitir ao Grupo cumprir, objetiva e concretamente, com suas responsabilidades sociais corporativas, envolve outros benefícios não menos importantes, como a criação de um canal de comunicação institucional entre a empresa e o Tribunal; benefícios à imagem da empresa; melhoria da imagem interna do Jurídico; treinamento dos advogados da empresa pelo Nupemec; cumprimento do Código de Ética da advocacia pelos advogados (valendo lembrar que o novo Código Ético prevê, expressamente, a obrigação de incentivo à mediação); e, finalmente, o principal deles, a criação e difusão da cultura da mediação, servindo ao funcionário atendido, como multiplicador entre seus amigos, familiares e colegas.

Estamos otimistas e ansiosos pela implementação desse projeto que, atingindo os resultados dele esperados, poderá ser estendido a diversas outras pessoas jurídicas com atuação local e nacional, consolidando assim, no Brasil, a mediação como um meio eficaz de resolução de conflitos capaz de evitar a judicialização exacerbada. •

Os cidadãos não perderam a confiança nas instituições, mas sim nas pessoas que comandam as instituições. As pessoas sabem que estamos vivendo uma democracia, confiam nas instituições republicanas. Nesse contexto, acho que o Poder Judiciário cumpre um papel muito importante, porque o direito de ter direitos, de ter acesso aos direitos, depende de um Judiciário eficiente e cada vez mais célere

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA ROCHA • Durante o 105º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça

Fotos de Brunno Dantas

A educação é direito de todos, portadores ou não de condições especiais, e não é crível que a iniciativa privada, ao arrepio da legislação vigente, procure dificultar o exercício desse direito promovendo a cobrança de taxas diferenciadas ou a cobrança de mensalidades abusivas ao argumento de que a inclusão desses alunos importa o aumento de despesas. A inclusão escolar deve ser um processo de qualidade e eficiência destinado a promover o desenvolvimento sadio durante a evolução escolar da criança e do adolescente portador ou não de necessidades especiais

JUÍZA GLÓRIA HELOIZA LIMA DA SILVA • Durante o seminário Educação Inclusiva e Autismo

Nós, no Brasil, somos maltratados como consumidores. E a gente depende da intenção das empresas de entender que os consumidores são a razão da existência delas. Nós temos 100 milhões de processos no Brasil, e nenhum país do mundo chega a esse nível de judicialização. Diminuir isso é um desafio para nós. Queremos agilizar os processos já existentes e evitar novos processos, que muitas vezes podem ser resolvidos extrajudicialmente

JUIZ FLÁVIO CITRO • Durante a realização de 400 audiências de conciliação no TJ-RJ

A gestão do Rossidélio seguiu as melhores administrações da Amaerj. Serve de modelo para a condução de outras associações, merecendo aplausos entusiasmados

SÉRGIO BERMUDES • Advogado

O doutor Rossidélio, com a sua eficaz atuação no exercício dos elevados encargos da presidência da Amaerj, sem deixar de lado os interesses dos demais associados, fez lembrar aos dirigentes do Tribunal de Justiça deste estado a existência de um sofrido, e não menos importante segmento composto de pessoas que estão na condição de pensionistas em decorrência do precoce afastamento terreno dos magistrados instituidores dos benefícios, cujo reconhecimento pelo árduo e dedicado trabalho, enquanto ativos, ficou enaltecido em razão do seu excelente e primoroso trabalho na presidência da associação

VANIA MONTEIRO PINTO NOGUEIRA • Pensionista

O trabalho realizado à distância é, sem dúvida, um notável avanço na prestação dos serviços voltados à jurisdição, mas temos de ter o cuidado de propor uma regulamentação transparente, para que não haja dúvidas quanto à efetiva realização dos serviços e que, ao mesmo tempo, garanta aos servidores do Judiciário o seu indispensável direito à desconexão do trabalho

CONSELHEIRO CARLOS EDUARDO DIAS • Sobre o home office

A parceria da FXM com Amaerj tem um valor muito significativo, porque conecta com o objetivo principal das nossas ações: promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. De forma especial para disseminação da Lei Menino Bernardo, pelo direito a viver livre dos castigos físicos e humilhantes

ANA PAULA RODRIGUES • Fundação Xuxa Meneguel, Coordenadora do Programa de Redes e Incidência Política

Mesmo que o Poder Judiciário fosse paralisado, sem ingresso de novas demandas, com a atual produtividade de magistrados e servidores seriam necessários quase dois anos e meio de trabalho para zerar o estoque. Como a entrada de processos é superior à saída, a tendência é de crescimento do acervo

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA • Trecho do estudo "Justiça em números", no qual foi divulgado que a Justiça terminou 2014 com 71,2 milhões de ações

51% dos processos existentes no Rio são originários de grandes litigantes, como o estado, bancos e empresas de telefonia, que não estabelecem outros canais de diálogo, de resolução de conflitos com a sociedade e preferem transferir isso para o Judiciário. O processo tinha que ser a última via e, aqui, é a primeira. Por isso, essa iniciativa da AMB é fundamental para mostrar a realidade para a população

JUIZ ANTONIO AURÉLIO ABI RAMIA DUARTE • Durante o Placar da Justiça no TJ-RJ

Amaerj

Entre as críticas que se faz ao Judiciário, a mais recorrente é a da morosidade. Essa questão, no entanto, decorre da quantidade de demandas postas à Justiça. Os juízes do Estado do Rio de Janeiro são os mais produtivos do país; ainda assim não é possível resolver tudo. A população é mal atendida pelas concessionárias de serviço público, o que deságua no Judiciário

JUÍZA CLÁUDIA MOTTA • Durante o Placar da Justiça no TJ-RJ

Segundo o CNJ, o TJ-RJ tem o maior índice de produtividade de magistrados do país. Entretanto, a demanda tem se agigantado em caráter vertiginoso. As 3.790 ações em primeiro grau baixadas por magistrados em atuação em 2014 são números bastantes expressivos. A solução é incentivar, cada vez mais, a mediação e a conciliação

DESEMBARGADOR LUIZ FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO • Sobre o congestionamento de processos na Justiça

A ida do Tribunal de Justiça, do magistrado ao encontro desses adolescentes é uma forma de mostrar para eles que nós nos preocupamos com todo o projeto de reinserção social, de ressocialização deles. As medidas punitivas são necessárias e tomadas de acordo com o devido processo legal. Mas o Tribunal de Justiça também tem a preocupação de preparar esses adolescentes que voltarão ao convívio social, para que dali saiam melhores, que tenham boas experiências educativas lá dentro

JUÍZA MARIA DANIELLA BINATO DE CASTRO • Durante palestra sobre violência doméstica, para 30 internos que cumprem medidas socioeducativas no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase)

Rossidélio fez uma gestão de grande parceria com a AMB, mantendo uma participação efetiva no cenário nacional. Espero que a próxima gestão mantenha essa mesma política, que visa à unidade da magistratura

JOÃO RICARDO COSTA • Presidente da AMB

Além de disputar o campeonato, é uma oportunidade única que nós temos, durante o ano, de nos reunir para confraternizar com a turma do tênis. É uma oportunidade de ver esses amigos, que estão sempre nas competições. Mostramos também que a magistratura é esportiva e saudável

DESEMBARGADOR GILBERTO MATOS • Durante o 4º Amaerj Tennis Open

Que conste... Conviver com o presidente da Amaerj, dr. Rossidélio, representou a vivência de momentos de efetiva parceria na construção de ideias e propostas de uma ação igualitária e inovadora na busca da garantia e respeitabilidade aos direitos sociais e humanos. A troca de experiências, com a Comissão Executiva, fez crescer e adensar o conhecimento e a experiência na árdua luta e também na defesa de um mundo melhor. Obrigado! Parabéns, dr. Rossidélio, pela oportunidade compartilhada

PROF. DR. MÁRCIO TADEU • UERJ/UVA

Rossidélio encerra seu mandato à frente da prestigiosa Amaerj tendo enfrentado com seu talento e enorme motivação questões muito sensíveis – e, diria, irreversíveis – de interesse da magistratura estadual. Neste tempo de grandes incertezas, onde a autofagia se torna crônica em algumas instituições, ter meu querido amigo Rossidélio na presidência é a certeza de que as convicções da maioria que representa haverão de ser, sempre, respeitadas

LEONARDO ANTONELLI • Advogado

Conheço e admiro, há muitos anos, Rossidélio Lopes da Fonte, desde o seu ingresso na magistratura do TJ/RJ, e venho aqui dar o meu testemunho do excelente trabalho produzido na direção da Amaerj no biênio que se encerra, a partir do tratamento igualitário aos magistrados em atividade e aposentados. Homem simples e bom, foi um condutor firme, eficiente e leal, em todos os setores em que atuou, procurando sempre, e cada vez mais, unir a classe, nestes tempos de dispersão, individualismo e egoísmo que caracterizam a sociedade atual. Resistiu, com bravura, aos insistentes apelos recebidos para que disputasse um novo mandato, o que, por certo, conseguiria, firme no seu posicionamento da necessidade de um revezamento e renovação nos cargos de direção de associações e cargos públicos, para o bem geral. Espero e confio que seu trabalho terá continuidade na nova administração, para o engrandecimento da nossa Amaerj e do Judiciário do Rio de Janeiro

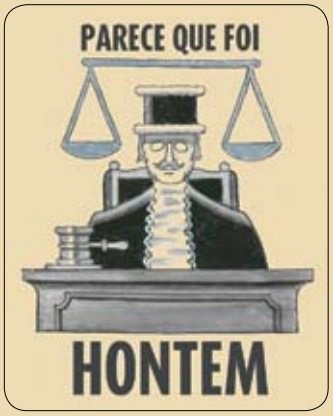
THIAGO RIBAS FILHO • Desembargador

Para a Arquidiocese do Rio de Janeiro foi de suma importância essa parceria com a Amaerj na gestão do juiz Rossidélio. Graças a essa entidade conseguimos implementar nossos projetos sociais. Esperamos dar continuidade a essa relação tão profícua

DOM ORANI JOÃO TEMPESTA • Arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro

A galinha, a dentadura e o amor

WAGNER CINELLI DE PAULA FREITAS •
Desembargador da 17ª Câmara Cível do TJ-RJ



Sei que galinha não tem dentes e tenho quase certeza de que não é capaz de amar. Então, qual poderia ser a relação entre a ave doméstica, a prótese dentária e o sentimento de afeição profunda que é o amor? Vamos descobrir com três historietas pitorescas. Depois, se for o caso, alteramos o título.

Recordo-me da minha primeira audiência, em Santa Maria Madalena, em 1992, em uma ação penal que encheu o prédio do Fórum de curiosos. De um lado, o escrivão Joãozinho Americano na máquina de escrever. Do outro, a promotora de Justiça Renata Cabo. Os réus eram confessos e um deles era irmão da lesada, que queria vê-lo condenado pelo furto e consumo de uma galinha que ela chamava pelo nome. A dona da saudosa extinta, ao depor, deixou claro que a questão era mais sentimental do que patrimonial: "Seu juiz, quero que esse safado pague pelo que fez com a minha Garibalda".

Assumi a Segunda Vara Criminal de Petrópolis em dezembro do ano seguinte, ali ficando até o final de 1999. Certa feita, na presença do promotor de Justiça Sergio Antonio de Carvalho, uma vítima de lesão corporal decorrente de acidente de trânsito, ao lhe ser perguntado se havia ficado com alguma sequela, fitou-me por alguns instantes, continuou calada e levou uma das mãos ao interior da boca, dali retirando sua dentadura e colocando-a sobre a mesa de audiências, a provocar ânsia de vômito em um dos presentes.

Mas a galinha e a dentadura são apenas aperitivos. O prato principal é o "causo" nascido da briga de um casal que foi se tornando habitué naquela vara criminal. Marido e mulher trocavam de papéis nas ações penais, pois ora era ele quem figurava como réu, ora era ela. As imputações nas ações eram, de regra, lesões corporais e vias de fato.

Ambos eram altos e tinham por volta de 40 anos de idade. Ele era do tipo calado, magro e com cabelos grisalhos. Ela era falante, um tanto obesa e com aparência zangada.

Um dia saiu sentença na primeira ação, tendo o marido sido condenado, com imposição de pena de multa. Não foi interposto recurso da sentença e em pouco tempo os autos vieram a mim com a comprovação do recolhimento da multa. A escrivã Maria Helena Rabelo, que estava perto, avisa-me que a mulher é que teria retirado em cartório a guia para pagamento.

Não demorou e um dia vejo a mulher no Fórum. Cumprimento-a e lhe indago se realmente teria sido ela a pagar a multa. Orgulhosa, confirmou-me que sim. Perguntei-lhe o motivo de ter feito isso, uma vez que, naquele processo, ela era a vítima e o condenado tinha sido o marido. Respondeu-me:

"Doutor, continuamos morando juntos. O oficial de Justiça trouxe a intimação para o pagamento e, como quem trabalha lá em casa sou eu, tratei de pagar logo porque não gosto de dívida."

A melhor explicação para o casal dessa história está na música "Entre tapas e beijos", do cantor Teddy Max, com adaptação da letra quanto ao gênero:

"Perguntaram pra mim, se ainda gosto dele
Respondi tenho ódio, e morro de amor por ele".

Completando o título: A galinha, a dentadura e o amor, "causos" do cotidiano da Justiça. •

ALEMANHA

Fé, história e boa mesa

Berlim à parte, um roteiro para aproveitar cidades de tradição

Lubeck: o melhor marzipã da Europa

MARY SOKCS • Jornalista

Se você gosta de visitar museus e catedrais, apreciar construções de arquitetura magnífica, admirar obras de arte e provar boa comida, então tem todos os motivos para viajar pelo norte da Alemanha. Nós listamos sete destinos, sem incluir Berlim, a incrível capital da Alemanha sempre obrigatória em qualquer viagem ao país.

Dresden, totalmente destruída em 1945 num bombardeio dos aliados já no final da Segunda Guerra Mundial, passou por um processo de reconstrução intensificado após a reunificação alemã. A restauração resgatou magníficos exemplos de arquitetura que justificaram, no passado, o codinome de Florença do Elba, em referência à cidade italiana e ao rio que margeia Dresden. São exemplos: a antiga Praça do Mercado, a Praça do Teatro, a casa de ópera Semprer, o Zwinger (Palácio dos Prazeres) e a Igreja de Nossa Senhora, do século 18, o principal símbolo da destruição/reconstrução da cidade.

Antigo polo comercial alemão, Leipzig foi fundada no século 12, tendo se desenvolvido rapidamente por causa da sua localização na interseção de rotas importantes. Em 1409, começou a destacar-se também no aspecto cultural com a fundação da Universidade de Leipzig. A imponente torre da instituição de ensino é uma das principais atrações turísticas da cidade. Outra delas é a Thomaskirche (Igreja de São Tomás), onde o compositor Johann Sebastian Bach foi mestre

Schwerin é composta por sete lagos dentro da cidade

Fotos de divulgação

Castelo de Neuschwanstein rememora um conto de fadas

Celle é repleta de casa antigas no estilo enxaimel

de capela e onde repousam seus restos mortais. Ainda em relação à música, Richard Wagner nasceu em Leipzig. Também o Conservatório de Música, fundado na metade do século 19, se transformou numa das academias mais conhecidas do mundo.

CHARME

Schwerin, essa linda cidade da região da Pomerânia, é composta por sete lagos dentro do perímetro urbano, que contrastam com suas extraordinárias construções monumentais. Destaque para a catedral, magnífico exemplar da arquitetura gótica alemã, que tem uma imponente torre; para o Schwerin Schloss, castelo construído em uma ilha sobre um dos lagos, com uma mescla de estilos arquitetônicos em suas torres e seus domos; e para o interessante bairro de Schelfstadt, com suas edificações históricas.

Uma linda cidade histórica, Lübeck, famosa pela produção do melhor marzipã da Europa, abriga no seu Centro antigo joias arquitetônicas, reconhecidas como patrimônio histórico da Humanidade pela Unesco, como a Marienkirche, a mais alta igreja medieval construída em tijolo aparente; a Catedral e a Antiga Prefeitura, uma das mais bonitas da Alemanha; e o hospital medieval do Espírito Santo. Buddenbrookhaus, lugar onde nasceu o escritor Thomas Mann, Prêmio Nobel de Literatura de 1929, onde hoje se ergue um museu, é outra das principais atrações de Lübeck.

Lüneburg é outra preciosidade histórica. Como Lübeck, fazia parte da Liga Hanseática, aliança de cidades mercantis que estabeleceu um monopólio comercial sobre quase todo o norte da Europa e do Báltico, em fins da Idade Média e começo da Idade Moderna. Com mais de 1.000 anos de História — chegou a ser uma das mais ricas da Alemanha —, a pequena Lüneburg conserva extraordinários edifícios, como a prefeitura, com afrescos e detalhes renascentistas, a Johanniskirche, igreja cuja torre chega a 108 metros de altura, e o antigo porto.

A charmosíssima Celle parece transportada de um conto de fadas, por causa do seu Centro histórico repleto de casas antigas no estilo enxaimel, aquele com madeirame à vista. A igreja da cidade e a antiga prefeitura (Altes Rathaus) são as exceções nesse mar de enxaimel e estão entre as mais antigas construções da cidade. Já o Schloss de Celle (o castelo) figura como uma das mais importantes construções renascentistas do país.

Hamburgo, a segunda maior cidade alemã, que respira uma atmosfera sofisticada e cosmopolita, tem como particularidade a fascinante mescla de estilos arquitetônicos e vários passeios obrigatórios: a monumental prefeitura neorrenascentista; a charmosa região do lago Alster (com pavilhões e bulevares repletos de cafés e restaurantes); a igreja de Jakobkirche, do século 12, com exemplares de arte barroca e o maior órgão do norte da Alemanha; Michaeliskirche, igreja símbolo da cidade; e a badalada área de St. Pauli, onde os Beatles iniciaram a sua carreira internacional. Também imperdível é a Kunsthalle, a mais interessante galeria de arte do norte da Alemanha, com uma retrospectiva dos movimentos europeus. ●

VIAGEM

Um passeio exótico e monumental

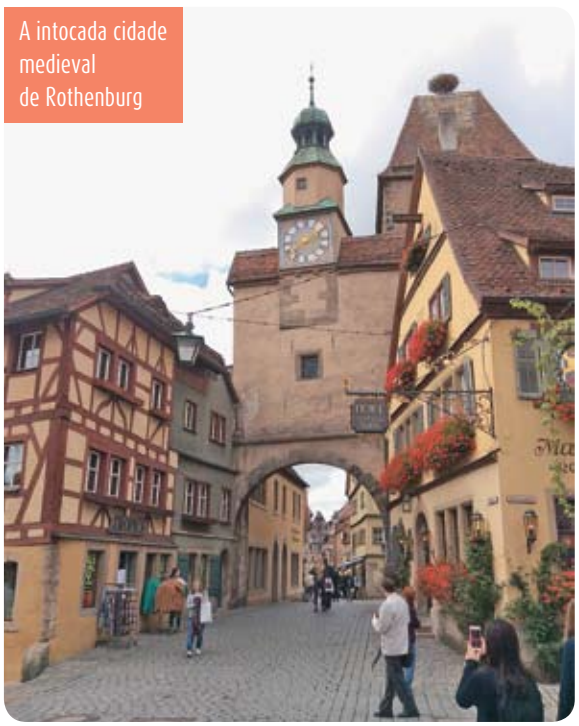
LUIZ FELIPE NEGRÃO • Juiz

A Alemanha é um país contemplado com algumas das melhores atrações da Europa. Há paisagens espetaculares, rios majestosos, museus incríveis e centenas de castelos, alguns tão fantasticamente preservados que parecem plantados em um parque temático norte-americano. Para completar, o país dispõe de uma das melhores estruturas para o turista no continente. Então, por que deixar para o ano que vem?

Na minha segunda visita, em setembro, adotei um trajeto que conciliou natureza, grandes atrações, cultura e enogastronomia.

A primeira parada foi a região vinícola do Rio Mosela, onde se produzem alguns dos melhores brancos do mundo. Por ali, a pedida é se hospedar em um pequeno vilarejo ribeirinho e fazer explorações diárias de bicicleta ou carro. Os passeios são de tirar o fôlego. Entre as cidades que podem servir de base na região recomendo Ernst, estrategicamente localizada no trecho mais bonito do rio.

A segunda etapa foi a Floresta Negra, região conhecida pela densa vegetação de coníferas, pelos relógios cucos e pelas cidades de Baden-Baden, luxuosíssima estação de águas, e Friburgo, sede de uma das mais famosas universidades da Europa. Lá estando, é obrigatório hospedar-se por uma noite em Baden-Baden e curtir o clima aristocrático. Depois, a melhor alternativa é seguir para a serrinha próxima a Friburgo e se hospedar na fofíssima St. Peter, curtindo caminhadas idílicas pelos campos de altitude, devidamente recompensadas, ao final do dia, por uma fatia generosa da famosa Torta Floresta Negra, típica da região.



A intocada cidade medieval de Rothenburg

Fotos de arquivo pessoal

Juiz Luiz Felipe e sua esposa Ana Maria na Residência de Wurtzburgo

A terceira parte do roteiro, tão obrigatória quanto a visita ao Cristo Redentor e ao Pão de Açúcar, foi um giro pela região dos castelos de Neuschwanstein (o verdadeiro Castelo da Cinderela) e Hohenschwangau, que realmente justificam a fama mundial, tanto pela beleza quanto pela impecável preservação. Nessa região, evite a hospedagem na cidade de Füssen, muito próxima dos castelos e, por consequência, abarrotada de turistas.

Depois dos castelos da Bavária, muitos turistas optam por dar uma esticada até Munique. Eu optei por evitar a direção de Munique, pois concluí que a Oktoberfest, que na verdade começa em setembro, deixa a cidade bastante cheia e complicada para o turismo de qualidade.

Por isso, a quarta região percorrida foi a conhecida Rota Romântica, ao norte, que termina em Rothenburg ob der Tauber, nada menos que a cidade medieval mais bem preservada da Alemanha. Na Idade Média, quando Berlim e Munique eram apenas pontos no mapa, Rothenburg era uma importantíssima cidade livre do Sacro Império Romano Germânico, e hoje se preserva praticamente intacta, graças a uma história repleta de lances mirabolantes. É uma imperdível viagem no tempo.

Para finalizar a viagem perfeita, repeti a eletrizante Berlim, com seus museus de categoria internacional e cenário jovem pulsante. Além de rever a tradicional Ilha dos Museus, conheci a Martin-Gropius-Bau, uma espécie de CCBB, com seletíssimas exposições temporárias. A hospedagem deve ser na Mitte, seguramente a região mais interessante para o turista.

DESTAQUES DO NORTE DA ALEMANHA
Da Saxônia ao Mar do Norte
15 dias/12 noites

Hamburgo, Altes Land, Stade, Bremen, Celle, Luneburg, Lubeck, Scwerin, Wismar, Berlim.

Saídas 2016: Mai. 27; Jul. 08; Set. 02

[programa aéreo + terrestre]

SÍNTESE DO ROTEIRO:

- 3 noites em Hamburgo, com seu charme à beira-mar;
- 2 noites em Bremen, com sua formidável cidade velha;
- 1 noite em Celle, uma charmosa cidade medieval;
- 3 noites em Lubeck, com suas joias arquitetônicas;
- 3 noites em Berlim, a capital da Alemanha reunificada.

Fazemos roteiros privativos, em grupo e Lua de Mel.
Reservas e informações na TM TRAVEL TURISMO.
Desconto especial para os associados da AMAERJ.

Tel.: 21 2532.5270 | 2532.5917 | 2240.3532
Cel.: 21 99983.4051 | 98206.1419
tania@tmtravelturismo.com.br | tmtravel@tmtravelturismo.com.br

Consulte-nos sobre formas de pagamentos e outros destinos. Disponibilidade, datas e preços sujeitos a alterações sem aviso prévio. Imagens meramente ilustrativas.

ANA CAROLINA GANTOIS

Nas águas do Rio

Arquivo pessoal

Destaque da natação nos Jogos Nacionais da Magistratura de 2015

Carioca da Tijuca, a juíza Ana Carolina Gantois foi um dos destaques da natação nos Jogos Nacionais da Magistratura, realizados pela AMB entre abril e maio de 2015, em João Pessoa. Na competição, a magistrada conquistou três medalhas de prata e duas de bronze, nadando em diferentes estilos. Além do nado em piscinas, Ana Carolina também nada em mar aberto. Aqui, ela conta um pouco de suas preferências na Cidade Maravilhosa.

Em qual bairro mora?
Nasci e cresci na Tijuca. Atualmente moro na Barra da Tijuca, pra onde vim aos 18 anos, mas apenas aos finais de semana. Durante a semana moro em Itaipava, porque trabalho em Três Rios.

O que é ser carioca? Qual é a marca do carioca e do Rio?
Ser carioca é ser despojado, alegre, gostar de praia e natureza.

Qual restaurante do Rio a senhora frequenta e recomenda?
Fácil falar de restaurante porque meu irmão é *sous chef* do CT Brasserie do Village Mall.

O que mais gosta de fazer na cidade nos momentos de lazer?
Praia, sem dúvida.

Um bom carioca tem como hábito...
A prática de exercícios ao ar livre, o que torna o treino muito mais prazeroso.

Que lugares a senhora sugere para as pessoas que gostam de praticar a natação?
Hoje eu nado durante a semana na piscina do Sesi em Três Rios, e aos sábados no mar de Copacabana. Conheci a natação no mar no final do ano passado, foi uma experiência nova e muito gratificante. O treino em piscina, muitas vezes, é repetitivo e no mar temos sempre um desafio diferente. O mar do Rio de Janeiro é muito agitado, portanto só aconselho a natação em águas abertas com uma equipe especializada. Eu, por exemplo, saio da Barra da Tijuca e vou até Copacabana nadar com uma equipe. Então, para quem não tem muita prática aconselho nadar em piscina. Muitos clubes contam com um excelente parque aquático, mas para o treino diário qualquer piscina semiolímpica é suficiente para o esporte.

Há quanto tempo a senhora pratica a natação e por que escolheu este esporte?
Desde 4 ou 5 anos. Aos 7 já competia. Na verdade meu esporte não era a natação, mas o nado sincronizado, no qual comecei aos 9 e fiquei até os 16 anos, quando tive que optar por ser atleta profissional ou fazer faculdade. O treino de nado sincronizado é muito puxado, treinava diariamente inclusive aos finais de semana e numa carga horária superior a seis horas por dia.

Já participou de que competições?
Campeonatos estaduais, brasileiros e sul-americano.

Dê uma dica para quem quer começar a praticar a modalidade.
Entendo que a natação é muito mais do que um esporte, é um meio de sobrevivência, principalmente para quem mora em cidade com praia. Meu filho faz aula desde os 6 meses, muito antes de saber andar já sabia mergulhar. Hoje, aos 4 anos, já sabe nadar. Para começar basta se matricular em algum clube ou academia que tenha aula com professor de educação física. É um esporte que pode ser praticado desde bebê até a terceira idade, e dificilmente causa lesão se praticado de maneira moderada, já que não tem impacto. Então, para começar não tem idade, basta procurar um bom profissional. •

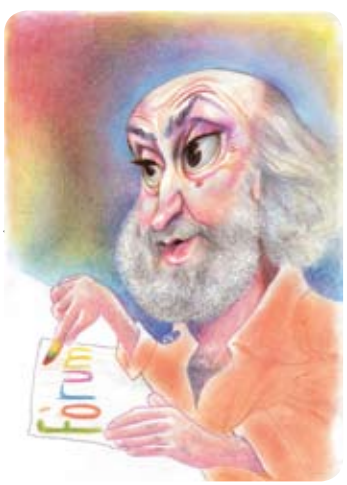
ALDIR BLANC
É CARIOCA

Cenas brasileiras

Cena 1:
— Entendo a frustração, o desprazer! Afinal, a digna esposa de V. Exª é um tremendo maracujá-de-gaveta!
— Bom, pelo menos não vivo em concubinato com um chuchuzinho periguete que poderia ser minha neta...
— Nem poderia! Com essa cara de jaca mole que se esborrachou em Paquetá depois do toró...
— Questão de ordem! Muitas concursadas desta Casa têm traseiros de jaca, tendo posado pra revistas masculinas por cachês melhores do que as propinas que V. Exª recebeu! Eu mesmo já tive o prazer de, por preços módicos, me esbaldar em uma e...
(Pane do som).

Cena 2:
Um celular soa em Carapiquás de Andreazza, na Amazônia brasileira.
— Alô?!
— Tenho a honra de falar com o vereador Tibiriçá?
— Ele mesmo!
— Como vai, Excelência? Aqui é Altair, o contínuo do subsecretário do assessor-mor do lobista Fefê Alagoano. Estou ligando para acertar o pagamento da...
E o Tiba, como é conhecido na região:
— Por celular, nego tudo! Tá grampeado! Manda um pombo-correio.
— Infelizmente, a indigitada ave foi abatida por um míssil turco, ou checheno, ou peshmerga, sei lá, quando sobrevoava extensos territórios de queimadas pertencentes aos ruralistas.

Cena 3:
Troca de e-mails:
De: barganha@minc&t.org
Para: fisga.eastwood@minpesc.gov
"Já foi enviada a remessa ilegal de tartarugas para o restaurante citado. Cadê o pagamento?"



De: fisga.eastwood@minpesc.gov
Para: barganha@minc&t.org
"Não sei do que V. Exª está falando. No momento, participo do aquecimento para o próximo BBB. Criaram um papel novo que vou desempenhar em sacrifício pela pátria educadora: um sertanejo machão e bissexual, desclassificado por imitar Carlinhos Brown no The Voice".
De: barganha@minc&t.org
Para: fisga.eastwood@minpesc.gov
"V.Exª não tem um secretário para tratar do assunto?"
De: fisga.eastwood@minpesc.gov
Para: barganha@minc&t.org
"Tenho vários, mas estão detidos para averiguações por lavagem dos carros do nosso senador, tráfico de jujubas recheadas com opiácios paraguaios, exploração de lenocínio e suspeitas de homicídios".

Cena 4:
A servente (mãe solteira) de uma escola pública teve filha temporã. Levou a criança ao cartório para o devido registro. Viu que o escrevente, ou lá o que seja, estava meio de porre, e notou que o cara havia aberto, antes de atendê-la, pequena geladeira, repleta de garrafas de cerveja preta, além de outros frascos, sem rótulos, cheios de um líquido ambarino. A experiência da moça com desamores do passado diagnosticou no ato: vodka vagabunda.

A mãe coruja era louca por um nome de mulher, que atribuía a heroínas russas: Natacha.

Ocorreu um probleminha. Confuso, o escrevente tomou mais umas e tascou "Nastacha" na certidão de nascimento da fofinha. A mãe não reparou.

Hoje, circula na Justiça um pedido para que o nome da menina seja alterado para "Nastachas", em respeito à correção gramatical... •

RDC Integrado ao Sistema de Licitações

De autoria do desembargador Jessé Torres, o livro não se limita a examinar isoladamente, artigo por artigo, a lei do Regime Diferenciado de Contratações. Ao fazê-lo, traz a experiência doutrinária e jurisprudencial que se estruturou em torno do regime da lei geral, com possível aplicação nas licitações e contratações sob o regime especial, seja em caráter suplementar ou subsidiário. A obra expõe um panorama tão completo quanto possível do estágio de construção desse novo e dialógico sistema, que tanto poderá vir a manter-se nesses termos por tempo indeterminado quanto a evoluir para a fusão dos dois subsistemas em diploma normativo único, cujos primeiros ensaios se esboçam, provocando crítica severa ou adesão imediata conforme os interesses, inclusive corporativos, do analista.

COMENTÁRIOS AO RDC INTEGRADO AO SISTEMA BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
Editora Renovar, 1ª edição, 1.160 páginas. Onde comprar: www.livrariaconcursar.com.br

Maioridade penal

Este livro, escrito pelo desembargador Paulo Rangel, fala sobre o tema polêmico da diminuição da menoridade penal. O autor faz uma abordagem histórica, social, jurídica e econômica do tema, sem descuidar da análise do medo enquanto fator determinante do comportamento humano. A obra vem desmitificar o estigma de que toda violência emana dos "menores" e revela o estarrecedor nível de escolaridade dos menores infratores.

A REDUÇÃO DA MENOR IDADE PENAL: AVANÇO OU RETROCESSO SOCIAL?
A COR DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO
Editora Atlas, 1ª edição, 320 páginas.
Onde comprar: www.livrariaconcursar.com.br

Novo CPC

Trata-se de um manual de direito processual civil, elaborado a partir do Código de Processo Civil de 2015. O autor, desembargador Alexandre Câmara, buscou refletir sobre todos os temas que formam a base do direito processual civil brasileiro a partir da Constituição Federal e do CPC. Este novo livro, inspirado na clássica obra de mesmo título escrita nos anos 1970, descreve, de forma didática e em linguagem acessível, todo o sistema processual civil brasileiro em vigor a partir de 2016. Para alcançar seu objetivo, optou o autor por um texto corrido, sem notas de rodapé ou citações. O livro é dividido em duas partes, que correspondem aos grandes temas do direito processual civil, desde suas normas fundamentais até o modo como se desenvolvem os processos nos tribunais.

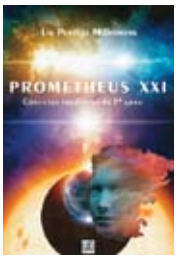
O NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO
Editora Atlas, 1ª edição, 584 páginas. Onde comprar: www.livrariadoadvogado.com.br

Mitos penais

Escrita pelo juiz Rubens Casara, a obra demonstra que o desconhecimento da "mitologia processual penal" reforça a separação entre o discurso do "processo penal constitucional" referido com frequência nos manuais da matéria e a realidade experimentada no foro criminal. A partir dessa constatação, diversos mitos penais – como neutralidade do órgão julgador, imparcialidade do MP e o mito do processo penal como instrumento de pacificação social – receberam tratamento dialético, ao mesmo tempo que "a tradição autoritária" de nosso processo penal passou a ser interpelada e tratada como questão central na constituição deste saber relevante que é o direito processual penal.

MITOLOGIA PROCESSUAL PENAL
Editora Saraiva, 1ª edição, 368 páginas.
Onde comprar: www.saraiva.com.br

Prometheus XXI

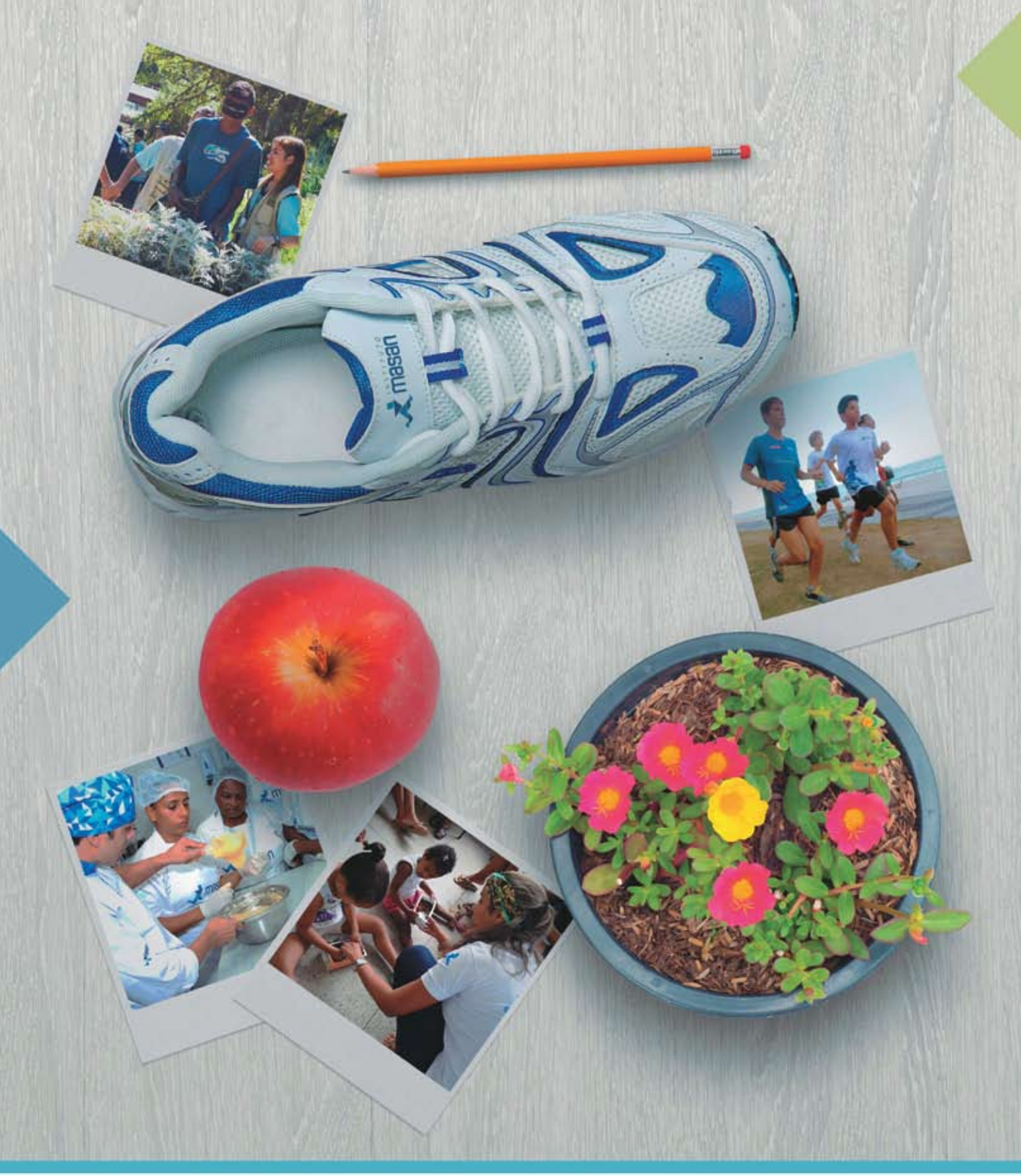


Ficção científica em literatura romântica, a obra da juíza Lia Pantoja teve seu lançamento na sede da Amaerj. Compõe-se de texto escrito e de belas e intrigantes imagens em cores, realizadas pela autora, ilustrando todos os capítulos, títulos e subtítulos. Uma nova interpretação do mito Prometheus. Quadros explicativos da tese jurídica da personagem feminina e descrição detalhista da nave espacial e dos fenômenos observados nas viagens interespaciais são apresentados no livro. Para o leitor interessado em melhor conhecer as teorias e obras de arte referidas na publicação, há o tópico "Apêndices", com resumo facilitado e diagramas coloridos (teorias jurídicas, sociológicas, quânticas e psicológicas).

PROMETHEUS XXI - CONTATOS IMEDIATOS DO 5º GRAU
Editora Maet, 1ª edição, 300 páginas. Onde comprar: nas principais livrarias do Brasil

VAI COMEÇAR A RETROSPECTIVA DO ANO!
JÁ SEI!! DOENÇAS, ENCHENTES, ATENTADOS, CORRUPÇÃO... VOU DORMIR...
?!
ROGÉRIO

VOCÊ JÁ OUVIU FALAR EM HOMICÍDIO DOLOSO?!...
ROGÉRIO



INSTITUTO MASAN: GERANDO VALOR

O **Instituto Masan** desenvolve atividades de responsabilidade social de acordo com a Norma Internacional ISO 26000, com objetivo de promover a capacitação profissional, o bem-estar, a cultura e a qualidade de vida. Entre cursos, oficinas e outras ações, cerca de 3.000 vidas foram impactadas pelos programas da instituição.

INSTITUTO masan